



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Reunião ordinária/Audiência Pública	Nº: 0373/06	DATA: 5/4/2006
INÍCIO: 14h32min	TÉRMINO: 17h55min	DURAÇÃO: 03h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h23min	PÁGINAS: 73	QUARTOS: 41

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ - Promotora de Justiça Militar;  
AILTON JOSÉ DA SILVA - Promotor de Justiça Militar;  
IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA - Promotora de Justiça Militar;  
ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI - Promotora de Justiça da Comarca de Praia Grande, São Paulo;  
JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS - Presidente em exercício da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis — CONPORTOS.

**SUMÁRIO:** Aprovação de requerimentos constantes da pauta.  
Tomada de depoimentos.

**OBSERVAÇÕES**

Há intervenções inaudíveis.  
Há orador não identificado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 58<sup>a</sup> Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas.

Esta reunião foi convocada para ouvir o Dr. Ailton José da Silva, a Dra. Ione de Souza Cruz Mesquita e a Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz.

Quero dizer que, infelizmente, deveríamos ter ouvido ontem os Promotores da Justiça Militar, mas o nosso Sub-Relator ficou trancado em Belo Horizonte, no aeroporto, e não pôde chegar a tempo.

Hoje, também vamos ouvir a Dra. Ana Frigério Molinari, Promotora de Justiça da Comarca de Praia Grande, em São Paulo, e o Dr. João Carlos Cardoso de Campos, Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. Teremos, ainda, deliberação de requerimentos.

Promotores da Justiça Militar, nós, sempre que temos várias autoridades do mesmo órgão, deferimos que todas possam se sentar juntas. Vou pedir para o Vice-Presidente sentar-se do lado de cá, vamos botar mais uma cadeira para o lado de lá, e vou convidar o Dr. Ailton, a Dra. Ione e a Dra. Cláudia para se sentarem aqui conosco.

Quero dizer que, além do Sub-Relator Neucimar Fraga, que é o responsável pela Sub-Relatoria de depósitos institucionais, ou seja, depósitos das Forças Armadas, das polícias e do Judiciário, temos também aqui o Sub-Relator de portos e aeroportos, que é o nosso querido Deputado Josias Quintal. Hoje, vamos ouvir o Dr. João Campos, que é responsável por isso também. Temos aqui o Sub-Relator da área Norte do País, o nosso Deputado Luiz Couto. E, com muita alegria, temos de volta à nossa CPI o Deputado Antonio Carlos Biscaia, que depois de uma grande Presidência à frente da CCJ, agora pode dedicar-se a esta Comissão. Ficamos muito contentes por estar V.Exa. conosco aqui, com a sua experiência.

Quero justificar a ausência do Relator, que fez exames médicos ontem e hoje, e infelizmente está com cálculos renais. Isso não é fácil não, é uma dor danada. Então, é essa a razão da ausência do Relator.

Reconheço entre nós a presença da Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. Maria Ester Henriques Tavares. Agradecemos a sua presença, doutora. É



importante termos V.Sa. aqui conosco também nesse trabalho que tenta diminuir o número de armas ilegais no nosso País.

Normalmente, a palavra fica franqueada a qualquer um dos 3 para iniciar. Depois, se os outros quiserem complementar, não tem problema nenhum, podem fazer alguma exposição complementando.

Se quiserem falar os 3 em ordem, também não tem problema nenhum.

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - O Dr. Ailton participou de 3 grupos de trabalho. Eu participei do segundo grupo, mas o Dr. Ailton participou do primeiro, do segundo e está também no terceiro. Ele também estava naquela operação que o Exército fez junto aos morros para recuperar os fuzis. Então, seria bom que ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A senhora é a Dra. Cláudia?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então, as duas doutoras elegeram o Dr. Ailton?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então, tem a palavra o Dr. Ailton.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Sr. Presidente, devo dizer que é uma satisfação o Ministério Público Militar poder participar de uma Comissão de tamanha relevância e importância, no sentido de tentar refrear um dos flagelos da sociedade de hoje em dia. Deputado Neucimar Fraga, parabenizo e cumprimento-o pela iniciativa. Nos sentimos muito honrados de poder contribuir de alguma maneira com esta relevante Comissão. Meus cumprimentos a todos os presentes, às Excelências, à Digníssima Dra. Maria Ester Henriques Tavares, Procuradora-Geral, recém-eleita, mais 2 anos no cargo, aos senhores presentes. O Ministério Público Militar tomou a iniciativa de, em 2003, formar uma comissão para o levantamento, apuração e verificação de ilícitos que estavam ocorrendo — inclusive manchetes de jornais noticiavam armas das Forças Armadas como subsídio para a criminalidade, subsídio para tráficos de armas. Então, diante desses questionamentos que foram trazidos pela mídia, nós sentimos a necessidade de, efetivamente, dar números, dar base científica e prática a essas alegações, se, efetivamente, essas ocorrências,



envolvendo desvios, roubos e furtos de Forças Armadas, tinham esse condão noticiado, esse porte noticiado de subsidiar o crime organizado, principalmente no Rio de Janeiro, e, de maneira geral, ser um meio de comércio ao tráfico de armas. A primeira comissão foi formada em fevereiro de 2003, com 3 promotores do Rio de Janeiro. E aqui há de se salientar que essa comissão foi formada em razão da Circunscrição Judiciária da Justiça Militar, que engloba os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Então, contamos com os seguintes órgãos que foram fundamentais para a obtenção essas informações: Comando Militar do Leste; COMAR; Distrito Naval; Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rio de Janeiro; Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo; Auditorias da Justiça Militar no Rio de Janeiro; e Procuradorias da Justiça Militar. Com esses órgãos, fizemos um trabalho de prospecção de informações. Foram levantados junto às unidades militares — isto, uma contribuição muito grande dada por esses órgãos citados — todos os eventos que envolveram extravio, roubo, furto, de maneira geral, ilícito contra as Forças Armadas envolvendo material bélico: armamento, munições e inclusive explosivos. Após a primeira etapa desse trabalho, nós podemos montar o primeiro quadro desse dito tráfico de armas envolvendo as armas das Forças Armadas. Existia um relatório, que foi emitido em 2003, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que dava conta, a partir de 1998, do número de apreensão de armas no Estado do Rio de Janeiro. Esse relatório, não nos chegou do Espírito Santo, mas do Rio de Janeiro nos chegou. À época, lembro que o número de armas apreendidas no ano de 1998 — portanto, 1 ano após o novo Estatuto do Desarmamento, que foi editado em 97 — beirava a casa de 8 mil armas. Dessas 8 mil armas, o número de 90 armas era das Forças Armadas. Oito mil. E nos anos seguintes, embora a expectativa fosse com a expedição daquele novo diploma legislativo que tratava de armamento, que seria reduzido em razão das dificuldades que foram impostas pela legislação para o porte de arma já naquela época, isso não ocorreu. Ao contrário, esse número subiu. Chegou aos 9 mil, em 1999; em 2000, foi a quase 11 mil; em 2001, novamente subiu; e em 2003 — as estatísticas estavam paradas em maio, que foi o mês em que começamos a fazer o levantamento e recebemos essa informação —, já estava beirando os 13 mil armamentos. E desses 13 mil, levantamos o que dizia respeito às Forças Armadas. Tenho aqui os números todos informados pelo DFAE, que é a Divisão de Fiscalização de Armas e



Explosivos do Rio de Janeiro. O número de apreensão de armamentos que eles nos forneceram, através de relatórios das ocorrências que têm, no total, chega a 52 armas, de 1998 até 2004. Todas as armas que foram apreendidas pelo DFAE pertencentes, pertencentes... Aqui há que se fazer uma distinção. É divulgado isso, a mídia divulga normalmente que o armamento apreendido é de uso exclusivo das Forças Armadas. Esse é um lamentável equívoco que se incorre hoje em dia e leva a população a erro, porque poucos, mas pouquíssimos são os armamentos de uso exclusivo das Forças Armadas. Polícias Militares, Polícias Civis têm acesso a armamentos que outrora eram de uso exclusivo das Forças Armadas. E mais ainda: nessa estatística que foi trazida aqui, tenho até informações de armamentos de outras Forças Armadas. Tenho de Forças Armadas americanas, Forças Armadas argentinas, Forças Armadas angolanas e Forças Armadas paraguaias, apreendidas todas no Rio de Janeiro! E quando se noticia esse armamento, noticia como sendo de uso exclusivo das Forças Armadas, mas não dizem quem é, dando a entender que é das Forças Armadas brasileiras em que se encontra isso. Esses fatos, que estão registrados, também foram, de certa maneira, percebidos a partir de 2002 pelas próprias Forças Armadas, e a preocupação é notada pela expedição de portarias aumentando a vigilância sobre esses materiais. Mais ainda, reestruturando a forma pela qual é manuseado todo esse aparato militar. Então, as regras de segurança: em 2002, tínhamos portarias do CML; em 2003, 2 portarias; em 2004, novamente portarias que tratam especificamente do controle de armamento, remanejamento de pessoal e principalmente alteração da rotina das unidades, em razão de dispensa de ex-militares. Isso ficou constatado. E até esse foi um dos, se me permitem dizer, êxitos da Comissão, estabelecer que, em todos os eventos em que ocorreu a invasão de unidade militar tinha a participação de 1 militar ou da ativa ou da inativa. Todos os eventos, sem exceção. Levantam-se todos os inquéritos de furto e roubo de armamento de unidade militar — desvio nem se fala, que só pode ser feito pelo próprio — que eram participação dos organismos militares. Então, a importância dos organismos militares para o tráfico de armas efetivamente tem mais qualidade do que quantidade. Qualidade por quê? O armamento que as Forças Armadas utilizam é de um poder letal muito maior e é o que desperta maior interesse na criminalidade, porque, além da sua letalidade, pode se utilizar a uma grande distância. Esse é o chamariz, que também tem sido percebido pelas Forças e já se



tem alterado a rotina das sentinelas com as armas de menor alcance e de menor poder ofensivo. Algumas unidades das Forças Armadas já utilizam armas curtas e espingardas, não mais os fuzis. Mas isso é gradativo. Não dá para fazer isso de um ano para o outro. Isso é uma rotina que vai alterar toda a forma de funcionamento das Forças Armadas. No Espírito Santo, nas unidades das Forças Armadas encontradas no Espírito Santo, as informações que nos chegaram são de que não ocorreu nenhum evento contra qualquer unidade militar naquela área e também não ocorreu nenhuma apreensão de armas de Forças Armadas naquela região. Isso, os dados que nos foram entregues, até junho de 2004. De lá para cá, não tivemos outro. Por isso que a Comissão, que foi reestruturada a partir de fevereiro de 2006, vai coletar os novos dados até para ver a eficácia do que foi estabelecido, do que foi apresentado no relatório anterior, e poder verificar de que maneira podemos contribuir novamente com essas informações estatísticas para poder colocar esse mapa de delitos de Forças Armadas e tráficos de armas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não sei se as doutoras têm alguma coisa a acrescentar.

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Eu só diria que, certamente, algumas armas foram desviadas e a unidade não se deu conta, porque as munições, às vezes, são desviadas durante treinamento, e é praticamente impossível fazer o recolhimento dos cartuchos. Então, uma vez eu tive um processo em que o soldado — aliás, era um fuzileiro da Marinha — é que ele levou 2 munições 762. Eram munições enormes. E aí resolveram fazer a contagem. Mas no bolso dele tinha mais 28 de 9 milímetros. Então, munições, sim, são desviadas, e algumas armas, talvez no Espírito Santo, tenham sumido e a unidade não se deu conta, porque tem que haver um controle administrativo melhor. E nem sempre o recruta, o armeiro está preparado, quando ele não participa também disso. Agora, nós fizemos umas recomendações no final do relatório, que aí o Dr. Ailton vai poder falar melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É porque essa observação, a meu ver, seria praticamente inadmissível nas Forças Armadas: arma sumir e a unidade não se dar conta. Quer dizer, pelo menos temos que essas armas diariamente são checadas.



**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Mas isso ocorre, sim. Tanto que, na Aeronáutica, quando sumiram aquelas minas terrestres, a Aeronáutica só descobriu que tinham sumido quando foram encontradas pela polícia. Então, realmente tem de haver um controle melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Essa é uma deficiência terrível.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Esses eventos partem especificamente do desvio, que foi o caso que a Dra. Cláudia colocou, e a gente tem alguns casos lá que dão conta disso. Quer dizer, como é que funciona a sistemática do desvio? Aquela pessoa que é responsável pelo paiol, que é aquele material que não é de utilização diária, fica acondicionado para eventual utilização ou distribuição, ele é cooptado pela marginalidade e faz com que o material que não é contado, que está guardado... Abrem-se as caixas, tiram-se os lacres, tiram-se os armamentos e voltam-se as caixas para o local. Como você faz contagem por amostragem, que é a forma de fazer, você conta a caixa. Está lacrada, está aparentemente inviolável, você conta como existente o material ali dentro. Quando as Forças Armadas, a partir desses eventos, começaram a fazer uma contagem, que até foi uma solicitação que a gente fez durante os nossos trabalhos que eventualmente fizessem contagem item por item, começou-se a verificar que também existiam desvios. Por conta disso, as unidades não sabiam até que seus armamentos eram encontrados em meio de crime organizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Perfeito.

Passo a palavra ao Sub-Relator e ao Vice-Presidente da CPI, Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, queremos agradecer a presença aqui dos membros do Ministério Público Militar e desse grupo de trabalho que foi criado para fazer esse diagnósticos sobre a situação dos depósitos de armas das Forças Armadas.

O que nos chamou a atenção para este momento que nós estamos vivendo aqui da participação dos senhores e das senhoras aqui conosco na CPI foi uma matéria publicada no *Correio Braziliense*, em que a jornalista Paloma Oliveto traz uma matéria que diz o seguinte: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, ou seja, as Forças Armadas, haviam criado um grupo de trabalho para fazer um diagnóstico



sobre os depósitos de armas das Forças Armadas. E aqui consta no relatório que os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro são os 2 Estados onde houve o maior extravio de armas das Forças Armadas. Cerca de 52 armas sumiram de 1999 a 2004 nesses 2 Estados.

E a gente queria, primeiramente, agradecer a participação a V.Sas. aqui e confirmar se essas informações que estão veiculadas no jornal conferem realmente com dados do relatório apresentado pelo grupo de trabalho.

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Na verdade, a reportagem em parte está correta porque houve uma confusão com relação à jornalista, porque o CML engloba tanto as unidades militares do Rio de Janeiro, do Exército, como as do Espírito Santo. Então, quando se fala de 52 armas extraviadas, desviadas, roubadas ou furtadas, o CML está se referindo a todas as armas que teriam sido extraviadas ou subtraídas dos 2 Estados. Isso não quer necessariamente dizer que do Espírito Santo tenha sumido alguma. Pelo que nós temos aqui, não foi o caso.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Então, no caso específico, por exemplo, do Espírito Santo, os dados não conferem com os dados do relatório. No Espírito Santo não houve nenhum extravio?

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Houve o extravio de armamento de museu, mas nada que seja o objeto do nosso trabalho. Nós temos aqui o relatório; não sei se V.Exa. o tem.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Nós vamos solicitar que V.Sa. deixe.

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Eu trouxe para deixar.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Agora, dessas 52 armas que foram extraviadas, que constam do relatório, qual foi o local de extravio? Foi o Rio de Janeiro?

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Basicamente, o Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Nos demais Estados, não ocorreram extravios de armas?

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Olha, a nossa comissão começou a funcionar em 2003 e somente para a área do Comando Militar do Leste, área da circunscrição da 1<sup>a</sup> CJM: Rio de Janeiro e Espírito Santo.



**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Então, esse grupo de trabalho atuou estritamente no Rio de Janeiro e no Espírito Santo?

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Nos demais Estados, não há informações?

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Há informação se foi criado algum outro grupo de trabalho semelhante para fazer esse diagnóstico em outros Estados?

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Não no âmbito do Ministério Público Militar. Não sabemos.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - V.Exa. me permite? Essa informação da repórter foi tirada exatamente do CML, porque o CML diz: na minha área de jurisdição sumiram 52. A área de jurisdição do CML é Rio de Janeiro e Espírito Santo; ele não faz distinção se sumiram no Espírito Santo ou se sumiram Rio de Janeiro. O nosso relatório faz, o nosso relatório diz que na jurisdição do CML, que engloba Rio de Janeiro e Espírito Santo, sumiram 52 armas — sumiram, não; desviaram, como está aí. Só que esse desvio só foi oriundo de unidades situadas no Rio de Janeiro. No Espírito Santo, a informação que a gente tem, e que inclusive foi do próprio CML também, que abrangeu, além de armamento, munição e explosivos, é que 12 cartuchos e carregadores do 38 DI, que fica no Espírito Santo, foi que tem informação de extravio. Só munição e carregador, 2 carregadores e alguns cartuchos de munição. Só. Quanto a armamento, não teve informação nenhuma, nem da Secretaria de Segurança Pública do Estado; não apareceu nada. A Polícia Federal, que também contribuiu com a gente nessas informações, informou que não apreendeu nada, a não ser essa munição que foi relatada.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Dessas 52 armas que foram extraviadas nesse período de 1999 a 2004, quantas foram recuperadas pelas Forças Armadas?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Tem que fazer a conta aqui; eu não tenho o total, mas a gente tem o valor por ano.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Consta do relatório?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Constam do relatório todos os dados, porque nós colocamos, as próprias forças de Departamentos de Segurança Pública



informaram armas apreendidas, e as forças informaram armas desviadas, roubadas ou furtadas e o número de recuperadas.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Agora, no levantamento feito pelo grupo de trabalho, quais foram os maiores problemas que vocês conseguiram detectar em relação à facilidade para esse extravio? É falta de segurança, envolvimento de membros das Forças Armadas, os depósitos onde estão guardadas essas armas não têm a segurança que deveriam ter, os locais são inadequados para guardar armas de calibres como esses? Qual é o diagnóstico da situação, da localização dessas armas que estão sob a guarda do Exército?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Pelo que a gente depreende das informações através dos inquéritos, das ações que nós acompanhamos, todos esses fatores que o senhor falou contribuíram de alguma maneira. Não dá para excluir nenhum porque nenhum deles atendia totalmente à expectativa que nós tínhamos. Agora, o principal elemento para a ocorrência desses fatos foi a cooptação, a participação de militares nesses eventos. Esse foi o elemento chave. Porque o sistema de segurança, o chamado PDA, das unidades militares — Plano de Defesa do Aquartelamento —, ele tem pontos chaves para funcionar. E esses pontos chaves recaem em pessoas. A partir do momento em que essas pessoas são cooptadas, todo o plano de defesa da unidade fica prejudicado. Haja vista esse último exemplo aí, que uma sentinela possibilitou a invasão da unidade e o roubo dos fuzis que estavam...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Agora, o maior índice de cooptação dessas pessoas... Qual é o maior índice? São de recrutas ou são de pessoas já em outras patentes, não é, cabo, sargento, tenente?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Praças.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Qual é o grau de envolvimento?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Praças, de recruta a sargento. Subtenente já é mais difícil. Mas de sargento — primeiro, segundo, terceiro sargento —, cabo, ex-cabos e soldados recrutas é uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Nós tivemos oficiais também envolvidos nisso?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Também teve. Excepcionalmente, teve, mas... Tem, tem também.



**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - As pessoas envolvidas que foram identificadas foram exemplarmente punidas pelas Forças Armadas, afastadas? Qual é o processo estabelecido pelas Forças Armadas nesse caso, quando é feita essa identificação e fica comprovado o envolvimento de pessoa das Forças Armadas por extravio de armas? Qual é o procedimento? Qual é a punição máxima que essa pessoa pode sofrer?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Olha, foram exemplarmente punidos. Nós tivemos um caso de um sargento, que o apelido dele no tráfico era açougueiro, ele era primário. Ele pegou 13 anos. Excelentes antecedentes, primeiro de tudo, pegou 13 anos. Essa foi, quer dizer, uma pena severa.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - As penas do Código Penal Militar têm uma particularidade em relação ao Código Penal comum. Tem agravantes específicos, não é? E permite muitas vezes o não-atendimento aos benefícios da lei penal comum por causa do rigor que necessariamente se exige daqueles integrantes de Forças Armadas. E aquele que incorre também nesses delitos recebe a mesma penalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho uma pergunta que às vezes fica. Por exemplo, eu entendo recrutas, praças. Isso eu entendo entrar no esquema. É difícil de entender por que, por exemplo, 2 maiores, se eu ouvi bem, entraram. O que levou eles... O que eles alegam ter entrado nisso?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Eles negam, não é, eles sempre negam. Mas um deles inclusive foi morto. Um deles não foi cooptado pelo tráfico; foi se oferecer para o tráfico. Ele levou o fuzil e tomou um tiro na cabeça do traficante. Quer dizer, isso também ocorre. É próprio da natureza humana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas não deu para chegar a qual foi o convencimento?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Não. Às vezes, dúvida de jogo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Porque é difícil, não é?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Agora, outro caso que nós tivemos foi uma tentativa de uma invasão de PNER, que um sentinela



tentou... Foi morto com 22 tiros — com um colega de tropa de elite —, levou 28 anos. Então, as penas são bem duras.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - No levantamento feito pelo grupo de trabalho, percebe-se que é crescente essa onda de extravio de armas, ou está chegando a um nível em que as punições e o trabalho de inteligência do Exército estão sendo suficientes para impedir que haja um crescimento nessa questão do extravio de armas?

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Um dos problemas que eu vejo é o seguinte: os praças moram em morros em situações de risco. Então, os praças são ou assediados ou eles mesmas vão lá se oferecer. Muitos... Nós tivemos um caso de um recruta que desertou para não ter que entregar as armas e os pontos-chaves. Então, quer dizer, se eles moram, se vêm de áreas de favela, eles sofrem uma pressão muito grande do tráfico. E a favelização do Rio de Janeiro, com o crescente avanço das favelas... Tem unidades que estão cercadas por favelas. Isso é um risco muito grande.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Os dados, Excelênci, mostram que é episódico esse negócio de ingressar em unidades militares. Tanto é episódico que se tem, pelas estatísticas, que muitos eventos em 2002 — o ano que mais teve eventos de extravio, roubo e furto no Rio de Janeiro. Em 2003, também. Em 2004, o número diminuiu aproximadamente 70%. Quase não ocorrem casos. Os números de 2005, a gente não tem ainda. Mas se você retornar a 2001, 2000 e 99, o número é bem menor. A partir de 2002, nós não sabemos ou não conseguimos ainda apurar qual foi o motivo desse aumento exponencial dos desvios de roubos e furtos, normalmente contra a unidade das Forças Armadas. Mas teve um aumento muito significativo, de 2001 para 2002 e 2003 também. A partir de 2004 — nós conseguimos informações até junho —, já tinha diminuído. Começamos a levantar o resultado do final de 2004 e 2005 até agora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor vê algum motivo aparente para essa modificação anual, vamos dizer, em 2004, ter diminuído e, em 2001, 2002 e 2003, ter aumentado?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Não. Olha, Excelênci, eu posso dizer assim: como alguns casos, em 2002, não encontraram a resposta imediata porque o processo necessita de observância do devido processo legal, de ampla defesa, isso



demandava um tempo, talvez até por conta dessa não resposta imediata aos casos que ocorreram, em 2003, eles surtiram efeito, eles aumentaram. E a partir das condenações nesses casos que foram mencionados, condenações exemplares de, no mínimo, 15 anos, 13 anos, 28 anos, como alguns exemplos que nós tivemos, aí, já em 2004, diminuiu. Então, o que você pode tentar avaliar são os números que foram colocados. Mas uma motivação específica não dá para gente estabelecer aqui com essas informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Nós temos inscritos os Deputado Luiz Couto e Josias Quintal. Não sei se a Deputado Laura Carneiro ainda vai falar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, uma vez que o Deputado Josias tem necessidade de participar da Comissão do crime organizado, faço a permuta para que ele possa falar neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu só vou pedir 2 minutos, Deputado, aproveitando que deu *quorum* e não está em votação ainda no plenário, para votarmos 2 requerimentos, se V.Exa. assim me permitir.

Passo a Presidência para a Deputada Laura Carneiro, que é a 1<sup>a</sup> Vice-Presidenta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, também tem a leitura da ata que não foi feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É verdade. Essa eu posso fazer depois.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Em discussão o Requerimento nº 199, de 2006, do Sr. Deputado Moroni Torgan, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas e o tráfico de armas por mais 60 dias.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Só para explicar que esse é um pedido do Relator, porque ainda temos um bocado de investigações pela frente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)



Aprovado, por unanimidade.

Requerimento nº 200, de 2006, do Sr. Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. Afrânio José Esteves dos Reis, Chefe de Divisão de Segurança Postal dos Correios, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Isso, quero explicar em um minuto só. Pelo SEDEX, chegou à Penitenciária de Iaras 3 fuzis, 2 metralhadoras, meia dúzia de pistolas e duas granadas. Tudo numa encomenda só, por SEDEX. Então, essa a razão de nós estarmos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sra. Presidenta, tenho uma informação que é importante. Em vários locais, principalmente um Município como Iaras, que tem uma população de 2 mil habitantes, não existe agência dos Correios, é um posto que é da Prefeitura, normalmente com funcionário da Prefeitura. É um funcionário só. É fácil identificar se foi postado, carimbado ou encaminhado lá, porque normalmente a pessoa que recebe é a mesma que entrega. Então, é importante também pedir para vir o responsável pelo posto dos Correios na cidade de Iaras.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Eu acho que a assessoria da Comissão, o Manoel vai tentar descobrir o nome do representante, vamos dizer, do funcionário dos Correios na localidade para que seja possível preparar um requerimento que V.Exa. possa assinar.

Por outro lado, Deputado, já na CPI do Narcotráfico — estivemos juntos lá com o Deputado Moroni —, nós identificamos a utilização do sistema, não apenas do SEDEX, inclusive cartas para tráfico de drogas. E não pode ser diferente com o tráfico de armas. Aliás, nada é diferente no que diz respeito ao crime organizado.

Portanto, em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento nº 200.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)



Aprovado.

Retoma, portanto, a presidência dos trabalhos, o Deputado Moroni Torgan.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Quero só colocar em discussão a leitura da ata da 57ª Reunião.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Solicito dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Solicitada a dispensa da leitura da ata da 57ª Reunião, coloco-a em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam com se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da 57ª Reunião.

Obrigado.

Deputado Josias Quintal, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Eu é que agradeço, Sr. Presidente. Também agradeço a generosidade ao companheiro nosso, Deputado e Padre Luiz Couto. Generoso mais uma vez. Cumprimento os senhores membros da Mesa. Dr. Ailton, prazer em revê-lo. Conversamos bastante sobre isso, não é doutor?

Sr. Presidente, vou fazer uma pequena abordagem, desculpando-me porque tenho que sair porque sou Relator de uma matéria que vai ser votada na Comissão de Segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu só peço que V.Exa. volte.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Eu vou, faço o relatório e volto.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Um aparte a V.Exa.

Pode ficar tranqüilo que na Comissão — acabei de vir de lá — só vão votar requerimentos. V.Exa. não precisa se preocupar porque não vai votar matéria nenhuma. A primeira da pauta é minha. Não vai ter relatório.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - De qualquer modo, preparamo-me.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Só requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Obrigado, Deputada Laura.



Sr. Presidente, eu vou fazer uma abordagem e que ela sirva também até de uma provocação à Mesa para uma discussão sobre a questão. Neste momento ainda da CPI, pelas informações que tenho — e as tenho minimamente, porquanto tenho estado muito distante da Comissão —, eu me arriscaria a dizer que esta questão do armamento extraviado das Forças Armadas, no conjunto das armas apreendidas, das armas que circulam no meio da criminalidade, isso não deve ser muito significativo. Tem lá a sua importância e impacta porque, embora possa não ser significativo, é inadmissível. Então, essa é uma colocação primeira.

Ao mesmo tempo, eu devo lembrar certas contradições que existem em algumas medidas tomadas, principalmente pelo Exército, com relação a essa questão de extravio de arma. No cotidiano, o que se observa é um controle às vezes falho. Tem lá as suas explicações, as suas razões, mas às vezes é falho. Aliás, não somente o Exército, como a Marinha e a Aeronáutica, todas essas Forças, além das Polícias, elas têm desvios de armas, eventualmente. Mas há uma falha no controle. E se admite muito menos isso com relação ao Exército, porque o Exército, afinal de contas, é uma instituição que por força de lei é responsável pela fiscalização de todas as demais, fiscalização de todo... é que tem todo o controle da matéria. Então, é inadmissível. Como também são inadmissíveis as medidas que são tomadas.

Então, no cotidiano, falhas no controle, não somente sobre o armamento acautelado da carga das organizações, como também o controle sobre as instituições que importam armas, que comercializam, que colecionam, que são caminhos, são as portas para o crime organizado, são as portas de saída dessas armas para o mercado clandestino, mercado irregular para as mãos criminosas. Falha também nesse controle, atribuição do Exército.

Aí vêm aquelas medidas extravagantes. Por exemplo, essa operação feita no Rio por conta dos 10 fuzis. Uma operação nada inteligente, absolutamente burra. Se foi no sentido de mandar um recado para o crime organizado, para o tráfico: “*Olha, não roubem armas do quartel do Exército, que vamos pressioná-los*”, tudo bem, nesse sentido tudo bem; mas no sentido da inteligência, da investigação, nada, absolutamente nada.

O que tem a ver operação em Ponte Rio—Niterói com esse roubo eventual de armas? Muito mais necessário um trabalho inteligente, uma investigação. Agora, se foi para o Comando do Exército dar uma demonstração de força, fazer um



treinamento de emprego de tropa em segurança pública, enfim, em ocupação dessas áreas, se foi uma oportunidade, se esse é o propósito verdadeiro, também tudo bem; mas para localizar 10 fuzis é uma medida absolutamente extravagante.

Faço essa colocação para reforçar essa questão; realmente a significância das armas desviadas deve ser pequena. O controle deve ser melhorado, porquanto concordo com o que a Promotora Dra. Cláudia referiu. Nós temos uma concentração de tropas muito grande no Rio de Janeiro, temos unidades muito próximas a ambientes onde há presença do crime organizado em favelas. A pressão sobre os soldados, sobre o contingente deve ser muito grande. Então, haverá sempre essa vulnerabilidade. Daí a necessidade de melhorar cada vez mais os controles e também a investigação.

Que sejam estas as minhas palavras. É minha, digamos, provocação, acerca do que está colocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Josias Quintal.

Não tenho procuração do Exército, mas acredito que o recado era exatamente esse "*Não mexam com nossos arsenais que vamos ter uma reação extravagante*".

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Aliás, Sr. Presidente, só para concluir, isso levou a uma confusão da população. O foco do problema deveria ser as armas, esse deveria ser o ponto. Mas a população confundiu, imaginou que aquilo era trabalho de segurança pública e fica pedindo a permanência nas ruas, enfim, essa coisa toda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A população sempre quer mais polícia nas ruas, isso é verdade.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, quando aqui esteve o representante do Exército para falar sobre o controle de armas, ele disse algo que nos deixou preocupados. Ele disse que tinha o controle das armas do Exército, mas não tinha da Aeronáutica, da Marinha, etc.

Essa preocupação básica mostra que temos que ter um controle de armas. O sistema está muito atrasado. Por exemplo, a burocracia é muito grande. Quando a Polícia Federal apreende armas, tem que fazer um ofício para lá, vai para cá, ou seja, quando volta para a análise das armas, há uma dificuldade muito grande. Ou



se cria um sistema moderno de controle ou sempre vamos estar atrasados. Quando temos a informação, os traficantes de armas estão superadiantados e não conseguimos fazer o trabalho preventivo, que é fundamental para que as armas não cheguem às mãos dos traficantes.

A pergunta que ia fazer sobre os militares envolvidos tem algo que chama a atenção. As Forças Armadas conseguem capacitar, treinar e formar pessoas que, ao saírem do Exército, são utilizados pelo crime organizado, principalmente quem trabalha com explosivos, com munição? Há, da parte também das Forças Armadas, o controle desse tipo de pessoal capacitado que pode estar servindo ao crime organizado? Ou seja, nos dados que vocês têm, pode muito mais gente estar a serviço, porque eles estão lá, trabalhando, estão sendo financiados, pagos para servir ao crime organizado? Saber se tem esse controle. Ou o cara saiu e que se vire, e não tem mais nenhum acompanhamento, principalmente daqueles que foram bem treinados, bem capacitados e que, claro, se não encontrarem emprego, vão poder ser aliciados pelo crime organizado e ficar a serviço dele?

Outra coisa importante que eu queria ver: lembro-me de que nós, na CPI do Narcotráfico, identificamos que, por exemplo, quem introduziu Fernandinho Beira-Mar na atividade criminosa foi um sargento, foi a primeira vez que foi fazer lá o assalto à joalheria. Foi, normalmente. Quer dizer, e aí esse controle que o Exército deve ter efetivamente, as Forças Armadas, na entrada de pessoas que vão servir. Porque aqui era um sargento, era um cabo, parece 2 e um civil que invadiram o quartel do Exército. Ou seja, invadiram. Eles tinham informações privilegiadas, tinham informações privilegiadas, sabiam como chegar ali, sabiam inclusive a hora em que o quartel normalmente tem pouca gente de vigia. Então, eles sabem tudo; têm informação e planejaram isso aqui.

Eu pergunto o seguinte. O fato não é o número de armas que foram roubadas do Exército, mas a ousadia do crime, que invade uma instituição que a população tem uma confiança muito grande. Se invadem as Forças Armadas, um quartel, imaginem o que vai acontecer com um cidadão. Então, a simbologia é muito forte. Ou seja, nem respeitam sequer as Forças Armadas. Esse é um aspecto importante, que vem da simbologia. Podia até ser uma arma roubada, mas tem essa simbologia, que é muito grande para a população. E a imprensa coloca isso: “*Paiol Furado das Forças Armadas.*” O paiol foi furado. Ou seja: “*Armamento militar pesado é rotineiro*



*em muitos Estados*", diz a imprensa. "Em 5 anos, 277 pistolas, fuzis e metralhadoras foram levadas por bandidos e 41.16 nunca foram recuperadas." Essa é a informação que foi publicada por um... da equipe do *Correio Braziliense*. Pergunto se essa informação corresponde.

Outro é o cadastro, que é muito frágil. "Com base nos dados levantados sobre o furto de armas das Forças Armadas, o Ministério Público Militar fez sugestões para melhorar o controle externo de armas" — armas e munições, porque não são só armas. Na CPI do Extermínio no Nordeste, quando foi feita inclusive por um pesquisador que esteve conversando com um pistoleiro que hoje é intermediário — hoje ele não mata, faz intermediação —, perguntaram a ele: "Mas como é que vocês treinam tanto?" Ele disse: "Olha, no mínimo, a gente dá 200 tiros a cada dia." Perguntaram: "E como é que vocês conseguem tanta munição?" Eles disseram: "Vem da própria Polícia."

Ora, o controle das armas que vão para a Polícia Militar e para a Polícia Federal passa também pelo controle das Forças Armadas.

Então, esse é um aspecto também, porque pode não ser aqui na ponta, aqui no início, nas Forças Armadas, mas pode ser lá no quartel da Polícia, pode ser lá na Secretaria de Segurança Pública, pode ser lá na delegacia. Enfim, isso nem sempre tem um controle.

Então, eu acho que é esse o sistema que a gente tem que ter para controlar e responsabilizar efetivamente aqueles que facilitaram que essas munições e explosivos fossem também levados.

Um aspecto que me chamou atenção é que o próprio Ministério Público Militar do Rio de Janeiro fez um alerta sobre os cuidados que as Forças Armadas deveriam ter em relação ao armamento. E vocês recomendam 3 coisas: primeiro, que pessoas mais experientes façam o controle e o manuseio de armas. Essa é a primeira sugestão. A segunda é que o pessoal do serviço obrigatório não tenha contato com as armas pesadas; e terceiro, que elas sejam guardadas em instalações com vigilância eletrônica.

Pela informação, talvez, dessas recomendações que vocês fizeram pouco se aplicou. Ou seja, foram aceitas, acatadas e implementadas. Pela informação aqui da imprensa, pouca coisa foi feita. Pergunto se o próprio Ministério Público continua



insistindo para que haja um maior controle dessas armas, impedindo efetivamente que...

Um outro aspecto que eu gostaria, porque isso apareceu na imprensa e ficaram muitas dúvidas, é que o Exército, para conseguir as 10 armas que foram roubadas, teve que fazer um acordo com o Comando Vermelho. Isso já foi negado pelo militar. Mas quando a gente pergunta à população, dizem: “*Olha, o Exército está fazendo acordo com o Comando Vermelho*”. Ou seja, a imprensa publicou isso aqui. Eu quero a informação porque...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, chefe, V.Exa. têm razão, mas pode publicar o que quiser, não faz nenhum sentido.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Se essas informações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto, essa é a hora de perguntar mesmo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Vou perguntar. E a Deputada Laura não pode...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não estou desfazendo da sua pergunta, não. Eu estava aqui só... V.Exa. falando e eu...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Olha aqui: “*Rio de Janeiro*”... e é assinado, Rodrigo Moraes. “*No 12º dia das operações militares no Rio, o Exército recuperou os 10 fuzis e a pistola roubados de um quartel da cidade no dia 3. Eles foram achados por volta das 18h30min numa trilha ao lado da região conhecida como Esqueleto, próximo da estrada das Canoas, em São Conrado*”, conforme nota documentada. Aí diz que essas armas estariam sendo... Ou seja, a indicação do local teria sido feita por traficantes que estariam prejudicados nos seus negócios de venda, de tráfico de drogas, e que teriam...

Eu gostaria que o próprio Ministério Público, que está aqui, mesmo porque houve uma primeira informação do Exército, depois houve uma segunda, respondesse como é que fica a questão dessa notícia de um pretenso acordo entre o Comando Vermelho e o Comando do Exército.

Muito obrigado.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Bem, vou tentar fazer uma organicidade aqui nas perguntas que são relevantes e importantes e até merecem um pouco mais de atenção, para poder elucidar esses pontos obscuros que foram mencionados.



Vou iniciar da última pergunta para a primeira, até a pergunta do excelentíssimo Sr. Josias Quintal — quem, comigo, fez parte na viagem do Rio de Janeiro para cá —, dizendo que, nessa última operação, que ocorreu contra uma unidade militar denominada Estabelecimento Central de Transporte, situada em São Cristóvam, na qual faço parte da Comissão que está fazendo a investigação, junto com os oficiais do Comando Militar do Leste, essa última informação que V.Exa. menciona, da possibilidade de um acordo entre o tráfico — não vou nem citar a facção —, entre o tráfico e o Comando Militar do Leste, a mim me parece uma ficção. Uma ficção maldosa que pode ser levantada por qualquer jornal. O primeiro jornal a mencionar isso foi o *Estado de S.Paulo*, que colocou que o tráfico estaria fazendo acordo com o CML. Eu diria que não é nem CML, porque a operação estava sendo feita conjuntamente com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e o CML. Diria que o motivo da barganha desse acordo mencionado para eles seria o Exército sair dos morros e seria a troca de presos dos presídios. Essa foi a notícia. A partir daí, o Ministério Público Militar foi indagado se estava investigando essa possibilidade. A primeira resposta da nossa Comissão foi dizer: “*Olha, nós não temos informações a respeito disso*”. Nada foge às investigações do Ministério Público, não só Militar como todo ele. Nós avaliamos todas as hipótese possíveis, e essa hipótese não fazia parte da investigação porque para nós ela é impossível. Não tem o menor cabimento. Dizer que um traficante ligou para o Serviço de Inteligência dizendo onde estão as armas, e o Exército foi lá e encontrou, isso é um acordo? Só se o camarada viver no mundo hollywoodiano, porque é o que mais ocorre. O sucesso do Zeca Borges, no Rio de Janeiro, com o disque-denúncia é por causa disso. As pessoas dizem o que está acontecendo, a polícia vai lá, faz o flagrante ou impede que o crime ocorra ou apreende armas, e vão dizer que isso é acordo? Desde quando uma denúncia é um acordo? Agora, para quem vive no mundo hollywoodiano pode ser; não no mundo real, no mundo legal, no mundo de entidades sérias, de instituições sérias. As Forças Armadas têm 93% de credibilidade na menor das pesquisas que foram feitas nos últimos anos. Não dá para achacar assim uma instituição desse porte. De qualquer maneira, é uma forma de se fazer com que as forças armadas percam sua credibilidade. Não sei por interesse de quem. Agora, voltando ao ponto que o senhor falou: “*mas foram feitas recomendações para se impedir desvios e roubos de armas*”, foram feitas recomendações, segurança



eletrônica, pessoal especializado, desmobilização daquele que sai das Forças Armadas. Desmobilização significa: a partir de determinado momento, ele pára de trabalhar naquele setor, ele não sabe mais quais ferramentas são utilizadas, para que, quando ele sair das Forças Armadas, não saiba nem o que está acontecendo. Isso se chama desmobilização. Tudo isso exige recurso. V.Exa. sabe muito bem, a Presidência da Mesa sabe muito bem, que, em 2004, o contingente das Forças Armadas foi dispensado em agosto. Entrou em março, passou 3 meses, 4 meses, e foi mandado embora. E por que foi feito isso? Foram mais de 70 mil homens mandados embora, recrutas, porque não tinha dinheiro para manutenção da alimentação. Não era para fazer exercício, não. Não era para colocar munição na arma para fazer tiro. Não tinha dinheiro para comer. Aí mandou todo mundo embora. Como é que vou exigir o atendimento de uma recomendação de cerca eletrônica, ponto eletrônico, para uma instituição que não tem dinheiro nem para fazer a manutenção dos seus homens com comida? Evidentemente que nós, Ministério Público Militar, somos, assim, a instituição que está mais junto às Forças Armadas questionando esse tipo de problema, porque quando ocorre algum ilícito, somos nós que denunciamos eles. Somos nós que apuramos os casos, denunciamos oficiais militares, civis. Então, nós temos esse contato direto com esse tipo de evento. E por isso nossa preocupação é tentar fazer com que medidas preventivas sejam adotadas. Evidentemente que as Forças Armadas, no que diz respeito à Inteligência, está há muito tempo na nossa frente, está certo, e têm notado esse tipo de problema. Eles têm se mobilizado. Agora, em todo sistema de segurança — isso na residência, nas empresas, na espionagem — o elo fraco é o homem. A partir do momento em que se corromper o homem no sistema de segurança, e pode ser o mais sofisticado, ele vai ruir. É o que ocorre na unidade militar. V.Exa. citou bem o caso do Fernandinho Beira-Mar, que foi introduzido na unidade militar por quem? Por um militar. Aquele que deveria ser o centro, o elo mais forte do sistema de segurança, porque aparelhos podem ser desligados e ligados, falhou. E, a partir da falha dele, o resto cai. Nós tivemos bandidos famosos. Excelênci, o Josias Quintal não está mais aqui, mas na época dele teve o caso conhecido até no Rio de Janeiro, Marcelo PQD. Por que PQD? Por que é da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro, uma das tropas de elite das Forças Armadas Brasileiras. E o camarada, efetivamente, era uma elite do crime, porque ele foi muito bem formado, não é?



Então, quando se tem o elo fraco, que é o homem, dentro de um sistema de segurança, que falha, é impossível se manter a vigilância. Então, o que nós temos que trabalhar ou o que a sociedade precisa trabalhar é em alternativas para essas pessoas. V.Exa. menciona o controle de munições, armamentos, que são feitos ou que são mantidos sob controle do Exército. Aqui nesta Comissão já vieram autoridades com muito mais cabedal de conhecimento do que eu para falar sobre isso. O Coronel Diógenes, um elemento das Forças Armadas, escreveu até livro sobre isso. Alguns delegados da Polícia Federal vieram aqui e falaram sobre tráfico de armas, sobre a questão do SINARM. Hoje o SINARM é o principal meio de controle de armamento. É o principal. Os métodos para se conceber o SINARM têm falhas? Evidentemente que têm falhas. Os meios pelos quais as informações chegam até ele têm falhas. Eu acho que um dos objetivos maiores é nós buscarmos meios para aprimorar esse controle de que V.Exa. fala. Realmente tem furos. Aqui estão demonstrados os furos. Os outros expoentes que vieram aqui e fizeram manifestações puderam trazer muito mais falhas, não é? O que nós tentamos é fazer recomendações para impedir que elas ocorram. A desmobilização do pessoal ou treinamento do pessoal nas Forças Armadas é muito complexo. E agora tem esse agravante: impedir que todo esse treinamento saia dos muros dos quartéis, o que é muito difícil, principalmente numa cidade, como foi dito anteriormente, que vive num enrandecimento de favelização enorme. Então, fica muito difícil, sem recurso, poder atender a todas essas necessidades. Não justifica. Deveriam encetar medidas para que, contendo despesas de outros meios, tentar fazer a segurança, porque é o principal. No que diz respeito a essa atuação última das Forças Armadas, eu entendo — e aí divirjo em algumas colocações feitas aqui — que a atuação das Forças Armadas foi especificamente no exercício do que nós denominamos e a legislação penal militar denomina Polícia Judiciária Militar. Ou seja, a partir do momento da existência ou da verificação de um crime, as Forças Armadas, no seu contexto, são imbuídas, por força de lei, da atuação de Polícia Judiciária Militar. Significa dizer que ela tem competência, ela tem atribuição para exercer poder de investigação, realizar diligências, mandados de busca e apreensão, revistas, todos aqueles meios investigatórios inerentes a um inquérito, a uma investigação, como qualquer outro inquérito. Muito bem. Em cima dessa prerrogativa legal, que está estabelecida, *ipsis litteris*, no Código de Processo Penal Militar, foi elaborada toda



essa sistemática de diligência no Rio de Janeiro. Quando se diz: "Mas por que, então, as Forças Armadas tiveram que fazer uma barreira na Ponte Rio—Niterói, na Rodovia Washington Luís?" Dois dias antes de aquele evento ocorrer — se não me engano, foi no quinto ou no sexto dia que isso aconteceu —, veio, através do Sistema de Inteligência conjunto da Secretaria de Segurança Pública e das Forças Armadas, a informação de que veículos — e foram nominados quais seriam os veículos — estariam saindo do Rio de Janeiro com esse armamento. Daí por que se mobilizou todo o aparato para impedir que isso acontecesse. E os veículos abordados, especificamente, tinham as características dos mencionados. Agora, não resolveu, não surtiu efeitos. Todavia, não se pode incorrer no risco de achar que uma informação dessa relevância ou desse porte seja inidônea, como aconteceu, também no Rio de Janeiro, na invasão de uma facção pela outra. Poucos dias antes, a Secretaria de Segurança Pública tinha a informação de que isso poderia ocorrer, mas não acreditando que isso iria ocorrer montou apenas um pequeno aparato para atender essa dificuldade. E deu no que deu nas manchetes de jornais: uma briga enorme de facções. Então, não se pode dispensar informações de disque-denúncia e de inteligência obtidas durante a investigação desse porte. Efetivamente, teve um caráter simbólico, como V.Exa. colocou? Foi muito simbólico o que as Forças Armadas fizeram no Rio de Janeiro? Foi muito simbólico. Acho até que o simbolismo da atuação deles superou mesmo o objetivo final, que era a recuperação do armamento. Mas foi exitoso.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sr. Presidente, queria aproveitar para fazer uma intervenção e uma pergunta que não posso deixar de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - No relatório também foi apresentado um item que nos chamou a atenção, a respeito das armas das Forças Armadas que são extraviadas e posteriormente são apreendidas por outras forças auxiliares. E essas armas, ao invés de serem devolvidas para o Exército, elas são destruídas por essas Forças. Em que grau isso ocorre?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Sempre. Salvo quando é apreendido pelas Forças Armadas, isso ocorre. Mas isso é por força de lei. É a lei que manda. Quando a Secretaria de Segurança Pública do Estado apreende o armamento, essa arma fica vinculada a investigação, e somente após o inquérito, somente após a ação



penal é que ela é distribuída. É remetida para o Comando Militar da área, para ser destruída. Esse é o termo que utiliza a lei. Então, a legislação do SINARM — e sobre isso nós fizemos várias considerações — precisa de uma... Agora, como tratar essas falhas? De que maneira?

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Isso nos surpreende, porque, inclusive, chegou uma informação hoje para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós solicitamos ao representante das Forças Armadas a relação das armas apreendidas pelas Forças Armadas Brasileiras, e muitas armas que foram apreendidas, inclusive de outros países — Argentina, Uruguai, Paraguai —, apreendidas por algumas forças auxiliares no Brasil, foram solicitadas por essas instituições, para ficarem de posse dessas instituições, para utilização deles.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Durante a investigação.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Aí nos estranha que as armas de fora sejam apreendidas e sejam utilizadas por algumas dessas forças, e as armas do Exército Brasileiro, das Forças Armadas Brasileiras, sejam destruídas.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Essa informação chegou hoje para a Comissão, e eu estranho, por causa dessa questão. Não sei se o Ministério Público poderia justificar melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar, V.Exa. dá um aparte ao Deputado Fleury?

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu gostaria de solicitar um aparte, Deputado Neucimar, para dizer que isso era possível ser feito antes da aprovação do SINARM. Nós, o Deputado Moroni Torgan e eu, a Deputada Laura também, na discussão do SINARM, nos posicionamos exatamente contra essa destruição absoluta de todas as armas apreendidas. Infelizmente, nós perdemos. Nós queríamos exatamente que fosse possível que elas fossem utilizadas pelas Forças auxiliares e fossem devolvidas, inclusive, mas perdemos na votação para aqueles que queriam a destruição absoluta das armas no mundo, no Brasil e no exterior. Obrigado.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - As armas apreendidas são ainda encaminhadas dessa maneira.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, nós vamos voltar ao desarmamento? A gente volta, porque tem posição contra e a favor. Aquilo já foi resolvido. Se vai ter que voltar agora, voltamos, não tem problema nenhum.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Não, não, temos todo o interesse. Se vamos voltar para essa mesma linha, não tem nenhuma dificuldade. Lei é lei. Ou é para valer ou, então, vamos fazer brincadeirinha aqui, agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Esse debate do desarmamento sempre acirra muito os ânimos, mas quero dizer que o nosso problema aqui é o desarmamento dos bandidos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Setenta e oito por cento é goleada, não é gol de mão.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, mas não tem mais que discutir Estatuto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Com relação a uma informação muito relevante também, que foi falada, sobre controle de armamento, essa é uma falha muito grande que nós temos até pelos departamentos. Nós temos o Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados, que é incumbência do Exército, especificamente; a Divisão de Fiscalização de Produtos Controlados, que fica em Brasília, também é incumbência do Exército. Mas em que isso interfere no tráfico de armas? Interfere de maneira muito forte, porque são esses órgãos que autorizam, possibilitam a aquisição de armamentos no exterior para colecionadores e atiradores. Agora, o grande problema dessas pessoas, colecionadores e atiradores — eu conheço vários deles, pessoas muito boas —, é que se corre o risco de ter entre eles pessoas de má-fé, pessoas de má índole. Então, não há um rigor sobre coleção. O camarada pode ter exemplares de um mesmo armamento até recentíssimo e dizer que é de coleção. Então, a legislação que trata disso precisaria ter um melhor estudo. Esse coronel das Forças Armadas que eu mencionei há pouco tempo tem um trabalho muito bacana sobre isso. Inclusive, nós participamos do que seria, do que viria a ser a Operação Planeta, em 2002/2003, que atuaria especificamente nesse tipo de irregularidade administrativa à época, mas que



poderia vir a ser o ilícito da esfera do Ministério Público Militar, que é a autorização de armamentos que não poderiam ser autorizados e ingressos no Brasil, mas que estavam sendo autorizados, porque isso é decidido por portaria. Baixa-se uma portaria, permite-se. Baixa-se uma portaria, não se permite. Isso é alterado rotineiramente, possibilitando que pessoas tenham verdadeiros arsenais em casa. Este, sim, este controle é complexo, é difícil. E, isso, sim, interfere muito em tráfico de armas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, acho que a questão das condições para que as Forças Armadas possam realizar todo o controle e a fiscalização têm que constar no relatório, temos que colocar esse aspecto importante. Agora, há um aspecto que chama a atenção. É o de que as armas que são produzidas aqui no País, na expedição há um controle, mas na ponta não existe. Nós tivemos aqui casos de armas que foram vendidas para o Exército do Sri Lanka, e essas armas foram depois encontradas no Rio de Janeiro. Então, significa que, no caminho... Ou nem chegaram a sair do País. Há algum intermediário. Então, é nesse aspecto que o controle é feito lá na produção, na expedição, mas não na hora que aquilo saiu mesmo do País e chegou à sua origem.

Então, o aspecto importante, nesse sentido, é o de que nós temos que, na CPI, colocar essa perspectiva de que é fundamental que as armas que são produzidas no País... que haja essa fiscalização, até a responsabilidade de quem recebeu depois lá. Mas, enquanto estiver no território nacional, nós temos que ter esse controle, essa fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está certo. Não tem mais nenhum Deputado inscrito. Eu gostaria de agradecer a presença...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Deputado Moroni, me desculpe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Colbert Martins.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Desculpe, eu não me inscrevi, realmente, e gostaria de fazer uma consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu peço desculpas, até porque eu estava em outro compromisso.

As informações, Sr. Procurador Ailton, são de que a apreensão do número de armas vem aumentando. Em 1999, 9 mil, é isso? Em 2000, 12 mil, 13 mil armas



apreendidas. Quem acompanha a distribuição dessas armas? Onde elas são destruídas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Essa é uma boa pergunta.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O Exército as destrói?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Por força de legislação, o Exército.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Quem acompanha isso? Quem acompanha a destruição dessas armas?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Normalmente é feita uma solenidade quando vão ser destruídas. As Forças Armadas, a Secretaria de Segurança Pública...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Não, mas tem uma ata? O que é que tem para mostrar que houve destruição?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Tem ata, portaria do Comando Militar responsável, que até nomina quais foram as armas destruídas.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Essas 13 mil armas, os seus números, todos eles, nós podemos ter certeza de que foram destruídos?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Não, por conta dos inquéritos e ações penais que estão em andamento. A apreensão significa: elas foram apreendidas. A partir daí, desenvolve-se toda uma tramitação legal, até chegar à palavra final, depois com a condenação, para que isso possa ocorrer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Colbert Martins, eu posso até dizer qual a razão da pergunta do Deputado Colbert Martins: porque nós temos denúncias de que, muitas vezes, as destruições são feitas com um número bem menor do que o que consta nos documentos.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Sim, sim. Precisa-se verificar, inclusive, se todas essas armas chegam ao seu destino de destruição. Ocorre muito desvio nesse meio do caminho.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - A pergunta, então...

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Pois não, Excelência. Pois não.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - V.Sa. é promotor. V.Sa. agiu como advogado aí, o tempo inteiro, das Forças Armadas, menos como promotor. Como promotor, quem é responsável pelo desvio de onde sai até onde chega? Nós temos informações aqui que nem todas são destruídas.



**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Quando acontece nas Forças Armadas, como é essa destruição? Quem é o responsável? Quem é a pessoa em que nós podemos ter segurança de que no trajeto não houve desvio? Como é que V.Sas., que são os fiscais da lei — no caso, lá nas Forças Armadas —, estão acompanhando esse processo como um todo? Como é que nós podemos ter certeza de que essas armas que são desviadas efetivamente foram destruídas após a conclusão da tramitação do inquérito?

Nós temos aqui, Deputado Moroni: várias armas que saíram do fórum, que foram apreendidas, depois de novo assassinato voltaram para lá. Quem é acompanha isso? Quem é responsável por isso?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - A limitação da atribuição do Ministério Público se dá a partir do recebimento das armas pelo Comando Militar, seja ele do Leste, seja ele, enfim, de qualquer lugar da região. A partir do recebimento, com a relação das armas, é acompanhada a destruição disso, com portaria, publicação, oficiais. É feito o acompanhamento. Agora, no trâmite é que pode ocorrer furto, pode ocorrer desvio. Inclusive nós temos um caso que nós denunciamos, dentro das Forças Armadas — era um caso do Exército —, em que armas que eram para ser destruídas não foram. E foi feito inquérito — se não me engano, foi em 1998 —, virou processo, as pessoas que constavam também foram condenadas.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Tem condenação?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Tem, tem.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Quantas condenações, V.Sa. tem idéia?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Aí é necessário fazer um levantamento.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu só gostaria de ter idéia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu só gostaria de... A preocupação é conjunta sempre e foi bem levantada pelo Deputado Colbert Martins. Nessas destruições são milhares de armas. Eu sei que tem portarias, tem auto de destruição — deve ter alguma coisa nesse sentido —, testemunha, mas quem é que checa o número da arma com o número da arma que veio? Essa eu acho que é a pergunta dele. Por exemplo, tem que ter... Por exemplo, são 11 mil armas. Como é feita essa checagem.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Presidente, deixa eu fazer uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Deixa eu até vender meu peixe, porque, afinal de contas, o maior evento de destruição...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A palavra está com o Deputado Colbert Martins, se S.Exa. permitir...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu acho que está produtiva a discussão. Eu fico... Está tranquilo. Acho que está bom o nível do debate.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Se me permite, Deputado Colbert.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Com prazer, Deputado Josias.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O maior evento de destruição de armas do mundo se deu no Rio de Janeiro, exatamente à época em que fui Secretário. Foram 100 mil armas. E essas armas foram todas entregues ao Exército, foi nomeada comissão de militares, de policiais, houve a conferência, houve a entrega física dessas armas ao Exército, houve a conferência, houve a elaboração de atas e houve a destruição. E, a partir daí, tivemos outras solenidades de destruição de armas.

Então, o controle é absolutamente do Exército e feito com todo o cuidado, embora tenhamos tido notícia, posteriormente, de que algumas dessas armas tinham sido recuperadas novamente nas mãos de criminosas. Mas, para responder de modo mais incisivo ao Deputado Colbert, o controle é exclusivo, absoluto do Exército. Não só o controle documental, como também o controle físico. Elas são entregues...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas, Deputado Josias, é esse o ponto em que fica a curiosidade, porque 100 mil armas é um espaço, assim, enorme.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E a pergunta é a seguinte: tem a lista de toda a numeração de todas as armas, e quem é que checa aquilo ali?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - A comissão.

**(Não identificado)** - A comissão de mais de 5 militares. Achar que os 5 estão em conluio, então é uma quadrilha. Então, o oficial superior...



---

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Não, não. Nós não estamos achando que tem conluio, muito pelo contrário. Agora, se tem desvio, nós queremos saber quem é e quem é responsável. Conluio, nunca. Agora, se tem 5 olhando e some, deve ter 10 olhos que não enxergaram. Não há conluio. Não queremos fazer acusações. Agora, queremos ter identificação de quem é responsável, porque se tem armas que saem para serem destruídas...

Deputado Fleury, nós conseguimos armas para botar aquele rolo compressor, agora, nessa campanha, à vontade. Na campanha de desarmamento, nós conseguimos um monte de revólveres para passar o rolo compressor em cima. Não era tão difícil de conseguir isso. A pergunta é — e eu estou aqui, desculpe, como Deputado interessado, e o objetivo é este: se tem falha, onde estão as falhas, para que possamos corrigir? “Parece” que falhas existem? Elas existem.

Na semana passada, Deputado Moroni, nós estávamos aqui, e a Polícia Federal mostrou uma dificuldade de identificação de armas apreendidas. Nós solicitamos inclusive essa informação. A Polícia Federal apresentou uma relação de armas apreendidas. A solicitação de armas foi para o setor responsável das Forças Armadas, e me parece que, depois de mais ou menos um tempo razoável, respostas não se tinha.

Quero dizer que nós estamos encontrando dificuldades em saber como acontecem problemas, e queremos identificar os problemas. Nossa função aqui, legislativa, é apontar, se for o caso, na Comissão, sugestões que possam levar à correção. Não estamos fazendo nenhum tipo de prejulgamento de ninguém.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Colbert?

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Por favor, com o maior prazer, Deputado Fleury.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - É bom esclarecer toda a tramitação de uma arma apreendida. Ela é apreendida pela Polícia Civil ou Militar. Aí, durante o inquérito policial, ela permanece sob a guarda da Polícia. Depois, quando ela é remetida a juízo, quando o inquérito é remetido a juízo e se transforma em processo, ela fica sob a guarda do Poder Judiciário e só após o término do processo é que ela é remetida ao Exército, a fim de que seja destruída. Esse é, vamos dizer assim, o caminho percorrido por uma arma apreendida no Brasil.



Claro que em todas essas fases existem brechas, em todas, e essas brechas só serão corrigidas, na minha avaliação, quando nós tivermos um SINARM funcionando adequadamente, porque aí nós teremos todas as armas devidamente relacionadas no SINARM. Nós não temos isso hoje. Nós não temos isso hoje, lamentavelmente. Está aí o SINARM, criado já na legislação anterior, agora ratificado, e nós não temos o SINARM funcionando. Então, é por isso que ocorrem esses desvios, e não se sabe a quem responsabilizar.

Claro que nós poderemos, talvez aqui, nesta CPI, apresentar sugestões para individualizar, vamos dizer assim, a guarda dessas armas nas várias fases por onde ela passa. Talvez nós consigamos, mas são milhares de armas. É difícil chegar a isso. Mas, de qualquer maneira, eu acho que nós temos que averiguar se há desvios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Essa questão do SINARM é básica.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Exatamente. É fundamental.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Tanto é que a CPI vai sugerir uma legislação em que todos devem enviar o número e as características da arma para o SINARM, sob pena de desobediência. Porque hoje não existe essa legislação, consequentemente, fica a critério de cada um mandar ou não para o SINARM. E esse tem sido o problema.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sobre esse caso que o Deputado Fleury colocou, por exemplo, lá no meu Estado houve um caso em que as armas estavam lá Judiciário e, aí, desapareceram. Depois descobriram que era o marido da juíza que tinha feito desaparecer.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, eu vou dizer que, na Paraíba, o problema é mais de faca, não é de revólver, não.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Bem, Excelência, efetivamente, como o Deputado Fleury colocou nessa última intervenção, em todas essas fases de tramitação de armamento tem formalidade, que é o documento. E tem, como o Dr. Josias Quintal falou, a transição do próprio armamento. E são feitas comissões para isso. Então, sai a comissão da Polícia para entregar para o Judiciário; sai a comissão do Judiciário para entregar para as Forças Armadas. Em todos esses meios existem furos, existem possibilidades de ocorrer o desvio do armamento. E vai



acontecer. Acho que, quando ocorrem esses fatos... E há solenidades de destruição de armas. Hoje em dia, existem solenidades, justamente por causa da simbologia do que significa o desarmamento — e nós temos acompanhado —, com o nome da comissão, das pessoas envolvidas. E dentro das recomendações que nós fizemos, inclusive foi lembrado aqui, é a nomeação de pessoal especializado em armamento para cuidar do armamento e ficar incumbido desse tipo de missão. Esse o nosso objetivo. Agora, a partir do momento em que se pega furos, desvios, a nossa função é exercer a atribuição que nos foi dada constitucionalmente: iniciar a ação penal e buscar a responsabilidade criminal.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Deputado Moroni Torgan, eu estou satisfeito com a participação, se pude contribuir, mas eu gostaria de deixar uma solicitação de que os procuradores nos enviassem os nomes das pessoas que foram processadas ou se encontram processadas, dos que foram condenadas em razão de desvio nesse controle de armas, para que nós pudéssemos ter uma idéia da dimensão do problema e da dimensão também da punição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas V.Exa. tocou em 2 pontos importantíssimos, que são justamente o momento de destruição e onde pode haver um desvio. E o Deputado Fleury colaborou com essa questão do SINARM, que — S.Exa. tem toda a razão — ainda está muito aquém daquilo que deve ser.

Pois não, Deputado Raul Jungmann.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN** - Muito obrigado, Presidente. Quando eu aqui cheguei, falava o Sr. Procurador Ailton José. A primeira coisa que eu gostaria de fazer é parabenizar o Sr. Procurador pela extraordinária e competente defesa que fez das Forças Armadas. Nem as próprias talvez tivessem a competência da defesa que aqui V.Sa. fez, o que só demonstra a sintonia entre um órgão fiscalizador, que tem a função de fiscalizar, e obviamente o objeto de sua fiscalização, ou seja, as Forças Armadas. Então, V.Sa. está de parabéns pela defesa que aqui fez das nossas Forças Armadas.

Em segundo lugar, e é apenas esse o motivo da minha pergunta, é o seguinte: V.Sa. tem conhecimento de que o SIGMA, que é o Sistema de Informações de Armas das Forças Armadas, deve migrar ou deve informar permanentemente o SINARM, ou seja, ele faz parte do SINARM? De acordo? V.Sa. tem conhecimento de como isso tem funcionado até aqui?



**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Precariamente.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann** - Precariamente. Bom, então a minha pergunta que eu faço é a seguinte: passados aproximadamente 2 anos desse fato, o que tem feito a Procuradoria Militar para que se observe o corpo da lei, ou seja, o Estatuto do Desarmamento, de que o SIGMA efetivamente se integre ao SINARM?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Essa atribuição é do Ministério Público Federal do Distrito Federal. É um ato administrativo.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann** - Portanto, não estaria dentro do domínio...?

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Da esfera do Ministério Militar...

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - Deveria estar, mas não está. Então, V.Exa. tem que perguntar isso aos procuradores da República.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - É um ato administrativo que é feito pelo Ministério da Defesa e aí...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann** - Exclusivamente isso. E aproveito para pedir que seja convocado quem de direito para poder responder a respeito dessa relação, na medida em que ela não vem se dando, para que nós possamos entender. É um problema administrativo, orçamentário, é um problema de que ordem? Porque até aqui não conseguimos, Deputado Fleury, de atribuições...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - O problema é de atribuição, não faz parte das atribuições do Ministério Público Militar, e, sim, do Ministério Público Federal.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann** - Isso aí para mim está claro. Apenas estou pedindo que o nosso Presidente...

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Se V.Exas. fizerem uma lei, nós vamos achar interessante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está certo. A posição do Deputado é no sentido de descobrir quem é o responsável, e, aí, o Deputado vai requerer a presença dele.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann** - Claro. É basicamente isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Peço à Secretaria e à Assessoria que depois informem, e o Deputado já faz o requerimento, e nós aprovaremos aqui.



**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu me dou por satisfeito, Dr. Ailton José.

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Deveria ser. Estamos esperando uma lei de V.Exas. para aumentar o nosso rol de ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Olha, eu quero, em primeiro lugar, agradecer aos 3 Procuradores. Eles vão ter um tempo para as considerações finais. Quero agradecer a Dra. Maria Ester Henriques Tavares, que está aqui conosco, e dizer que é com muita alegria que apresentamos inclusive o Ministério Público Militar, porque muita gente não tinha nem conhecimento de que existia o Ministério Público Militar nesse sentido. E eu acredito que seja uma grande parceria para nós, para que possamos fazer um trabalho nesse sentido. Inclusive todas as sugestões legislativas que tenham, por favor, transmitam aqui à CPI, que nós teremos prazer de, acredito depois de ponderar — lógico —, encaminhá-las ao plenário, com urgência inclusive. Então, V.Exa. tem a palavra para as considerações finais.

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - O Deputado ali da ponta, que não me lembro o nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Luiz Couto.

**A SRA. IONE DE SOUZA CRUZ MESQUITA** - S.Exa. fez uma consideração acerca do ingresso nas Forças Armadas, e eu gostaria de falar sobre a dificuldade que nós temos. Isso foi comentado também pelo pessoal do Exército, da Marinha, com relação ao ingresso de recrutas, porque, quando eles entram para o serviço militar obrigatório, com 18 anos, eles raramente têm antecedentes criminais, a partir dos 18 anos. Eles têm, às vezes, passagens como menores. Essas informações não são disponibilizadas por conta do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, num Estado como o Rio de Janeiro... Eu fui delegada de Polícia, no Rio de Janeiro, na época em que o Deputado Josias era Secretário de Segurança. Eu era Delegada de Polícia da Homicídios. Temos essa dificuldade de conseguir essas informações de menores. Então, o Rio de Janeiro é aquela dificuldade que nós conhecemos e que agora está pior ainda. Graças a Deus que eu estou morando agora no Distrito Federal, estou morando aqui em Brasília, estou livre daquilo lá. E as pessoas já vão para o Serviço Militar Obrigatório, às vezes já vão indicadas pelas facções. Então: "Você vai servir, você vai"... E eles entram. Porque hoje em dia servir é muito fácil,



difícil é não servir mais. Então, nós não conseguimos fazer um levantamento da vida pregressa desses que antes eram menores. Então, nós temos o ingresso de muitos recrutas que já vêm prontos para narcotráfico dentro dos quartéis e para tráfico de armas também. Então, a minha sugestão é a de que isso seja observado, que se possa modificar ainda que seja essa informação e que possa ser passada para os comandos, em caráter reservado, se fosse o caso. É só. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

**O SR. AILTON JOSÉ DA SILVA** - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, Exmo. Sr. Deputado Neucimar Fraga, Exmo. Srs. Deputados presentes que nos dão a honra até das indagações, das divergências, das discordâncias, dos elogios. O Ministério Público Federal se sente honrado efetivamente em participar, como V.Exa. mencionou, de tão importante Comissão e de poder contribuir de alguma maneira com o resultado disso. Eu sei que os números que nós trouxemos e a defesa, em certa parte feita pelas Forças Armadas, como foi mencionado, ela se dá principalmente por conhecer profundamente as Forças Armadas. O Ministério Público Militar é composto por civis. São pessoas que fazem concurso público, como na carreira do Ministério Público do Estado, Federal, do Trabalho, do Distrito Federal e Territórios, e ingressam numa área muito específica. Nós temos que conhecer toda a legislação e muito das Forças Armadas. Daí porque, conhecendo a realidade em que eles vivem, as dificuldades existentes e o pouco de delitos que são cometidos, nós fazemos o possível para extirpar mesmo essas pessoas que cometem essas ilegalidades. Nós trabalhamos no sentido de aprimorar a instituição cada vez mais e por isso, muitas vezes, colocamo-nos nessa posição que aqui foi mencionada. Temos a incumbência de promover a ação penal contra todo aquele que praticar o crime militar, militar ou civil. Disso não abrimos mão por prerrogativa funcional. Tenham todos a certeza de que em nenhum momento haverá qualquer tipo de transigência nesse sentido. Somente exerceremos as nossas atividades após efetivamente descobrirmos. Nós trabalhamos com provas, e não com alegações, com leviandades que são levantadas. Muito obrigado pela atenção, e espero de alguma maneira, Sr. Presidente, ter podido contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Dr. Ailton.

Dra. Cláudia, por favor, para suas considerações.



**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Queria também agradecer a oportunidade de estar aqui, até porque, como disse o Deputado, o nosso Ministério Público é muito pequeno e muito pouco conhecido. V.Exas. talvez não saibam da excelência do trabalho que é feito diuturnamente por nós. E eu gostaria de solicitar que houvesse realmente uma mudança na lei, de forma que esses atos administrativos relativos aos colecionadores, ao controle de destruição de armamentos, fossem do Ministério Público Militar. Seria muito importante isso. Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Dra. Cláudia. Eu gostaria só de ter depois esse relatório com os números das armas apreendidas.

**A SRA. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ** - Nós já demos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Já foi encaminhado. Ótimo. Eu vou pedir para o Manoel guardar depois.

Eu só posso agradecer a participação de V.Exas. nesta audiência e dizer que vamos precisar dessa parceria até o fim da CPI, está bem? Agradeço muito a participação de todos.

Vamos agora ouvir mais 2 convidados. (*Pausa.*)

De pronto, vou chamar mais uma representante do Ministério Público, a Dra. Ana Frigério Molinari, Promotora de Justiça da Comarca de Praia Grande, São Paulo. Ela é responsável pela denúncia daquela quadrilha do Naldinho e tem conhecimento de toda aquela operação. Se não me engano, 50 pessoas foram presas nessa operação.

Convido a Dra. Ana Frigério Molinari para estar presente aqui. (*Pausa.*)

Quero agradecer a presença da Dra. Ana Frigério entre nós. Ainda teremos a oitiva do Dr. João Carlos Cardoso de Campos, com interesse especial do Deputado Josias Quintal, que vai estar aqui depois para ouvi-lo. Mas, na questão do Naldinho, especialmente — e ele esteve aqui e prestou depoimento, parecia um santo quando esteve aqui — sobre essa atuação, que, de qualquer forma, envolve comandos criminosos, como o Comando Vermelho, PCC, alguma coisa nesse sentido, a doutora vai poder nos falar melhor do que ficarmos conjecturando.

Peço silêncio na sala, porque senão não vamos conseguir ouvir a Dra. Ana. Com a palavra a Dra. Ana. Seja bem-vinda e muito obrigado por atender nosso convite.



**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, na pessoa de quem peço vénia para cumprimentar os demais presentes. Agradeço a oportunidade de estar presente para contribuir da forma que for possível com os trabalhos desta CPI. Só lamento o fato de que houve uma negativa do juiz no compartilhamento de documentos, sendo alegado o sigilo que foi decretado nesse processo por conta de pedido da defesa, ao qual o Ministério Público se opôs, porque entende que não haveria necessidade de nenhum tipo de sigilo nesse caso, porque a população tem o direito de saber o que está acontecendo. Enfim, acredito que eu possa contribuir aqui, prestando informações genéricas, sem adentrar no âmago dos fatos, que são mais voltados para o tráfico de entorpecentes, e sem quebrar esse sigilo. Assevero que a CPI tem o poder investigativo da autoridade judicial. Há uma questão ali que pelo compartilhamento de documentos pode ser dirimida entre a autoridade que preside a CPI e o juízo. Mas, de todo modo, o Ministério Público do Estado de São Paulo está aqui para cooperar com a CPI da melhor maneira possível. Posso dar um panorama genérico de como foi deflagrada a operação, que teve início com uma denúncia de que 2 indivíduos, um já falecido, estavam promovendo o tráfico de entorpecentes em larga escala no Portinho, zona de lazer da Praia Grande. Por conta disso, foram deflagradas censuras telefônicas, que perduraram durante cerca de 4 meses. Foram colhidos vários dados que viabilizaram uma operação para a prisão em flagrante da quadrilha capitaneada por Ronaldo Duarte Barsotti de Freitas e Clóvis Ribeiro. Essa operação foi desencadeada no dia 6 de junho de 2005, culminando com a prisão de 10 pessoas e oferecimento de denúncia contra 12 pessoas, pela prática do tráfico de entorpecentes, porte de armas de fogo e uso de materiais para confecção de entorpecentes. Sobre a quadrilha, ela estava voltada para o tráfico de entorpecentes, mas a diversificação das funções tem sido observada nas organizações criminosas, de modo que a transação ilícita de armas de fogo também era um ponto forte da quadrilha. Sobre as armas da quadrilha, pelas escutas telefônicas, foi possível constatar a preferência por armas de fogo de longo alcance e precisão milimétrica: fuzis AR-15; AK-47; fuzis calibre 5.56 e 2.23. Havia também o interesse da quadrilha em submetralhadoras: Inratec, Uzi, Cobray, Thompson, 9 mm. O destaque dessa quadrilha era o uso de silenciador. Esses adereços eram de interesse do Sr. Ronaldo. A quadrilha também fazia uso de armas que eles



chamavam de armas de mão: revólver calibre 357 Magnum; 44 Magnum e o 38 especial TA, com cano de 6 polegadas, banda refrigerada e mira noturna. São armas que não são comercializadas normalmente. As pistolas semi-automáticas eles chamavam de “as quadradas”. Então, nós tínhamos registro de Taurus 380, Plus.40, sem numeração aparente, calibre 45, 9 mm, das marcas Glock, Sig-Sauer, Smith Wesson e outras. Mas havia um interesse do Ronaldo e do braço direito dele, mais operacional, o Ademir Carlos de Oliveira, numa pistola, que é a Desert Eagle israelense 44. Com essa pistola eles pretendiam praticar homicídios, porque havia uma guerra ali entre facções, pelos pontos de drogas, houve algumas mortes, e essa pistola era o xodó deles. Eles sempre comentavam que iam pegar os bandidos lá que eles queriam pegar com essa pistola. Há informações, mas não houve apreensão, de que o Ronaldo teria um M-16 do Exército norte-americano — aí não sei, isso não foi possível checar, não houve apreensão. Havia relatos também nas gravações sobre granadas e havia uma dificuldade de se conseguir a granada do tipo abacaxi, e havia facilidade da obtenção da granada do tipo limãozinho. Por quê? Havia muitas sindicâncias, e estava mais fácil adquirir junto ao Exército a limãozinho, pelo que consta das gravações. Não houve apreensão de granadas na toca do Ronaldo, em uma das tocas que foi descoberta, que estava situada na cidade de Ribeirão Pires. Essa operação, ela foi deflagrada pelo DENARC, no dia 6, mas a apreensão de mais quantidade de armamentos e de drogas foi feita após uma denúncia recebida por uma delegacia de Santos, que se dirigiu ao local e efetivou a apreensão dessas armas. Então, nessa segunda apreensão, não houve apreensão das granadas citadas e nem de fuzis. Houve uma divergência entre um relatório de uma perita e o rol de armas de fogo efetivamente apreendidas. Isso foi questionado pelo Ministério Público e está sob investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Foram 29 armas apreendidas?

**A SR. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Excelência, eu não estou com o rol aqui. Eu me recordo que foi apresentado o rol pelo delegado, mas eu não trouxe os documentos. Havia um interesse da quadrilha, como eu já ressaltei, muito grande por acessórios, como silenciadores, compensadores, mira a laser, pentes com maior capacidade — que também é oportuno ressaltar que não são adquiridos em lojas comuns. Pelo que foi possível observar da quadrilha, as armas, provavelmente,



chegavam pelo Paraguai e eram direcionadas para Capitais dos principais Estados da Federação e também para o interior de São Paulo. Havendo suspeita de que elas possam entrar parcialmente desmontadas. Também há registro da possibilidade de fabricação de cópias dessas armas por armeiros do Estado de São Paulo mesmo. E eles teriam capacidade inclusive de fazer reparos e substituir algumas peças. A dificuldade maior que parece ser encontrada pelas quadrilhas seria a obtenção de munição para essas armas. O que foi possível observar na quadrilha do Ronaldo sobre armas e munições é que era uma atividade acessória e, como praticamente um brinde, eles tiravam o lucro mesmo da droga, da cocaína, que era remetida regularmente para o Rio de Janeiro, além de distribuição na Baixada Santista, e as armas tinham um preço relativamente bom para os traficantes. Havia um intercâmbio entre a quadrilha do Ronaldo e a quadrilha do Soul, que foi morto aí numa operação da Polícia do Rio de Janeiro. O transporte das armas para o Rio de Janeiro, ele era feito no que eles chamavam de barcos pesqueiros. Mas, na verdade, o barco era um apelido que eles utilizavam dissimulando que a entrega das armas era feita por via terrestre, por meio de carros com fundo falso. Alguns desses carros foram apreendidos. Foi constatado, inclusive por meio de perícia, resquícios de entorpecentes nesses carros. Mas não foi possível, por questões aí técnicas, operacionais da DENARC, a interceptação desse carro na data em que ele levou a cocaína e talvez armas. Mas não foi possível verificar se houve a remessa de armas naquela data; de cocaína, foi positivo para os vestígios. E o esquema para transporte nesses barcos era usar um batedor. O batedor, quando ele via algum possível bloqueio policial, ele pedia informações para a polícia, a polícia se distraía e passava o barco. Então, eles tinham muita confiança no transporte terrestre por conta dessa artimanha. Pelo que se depreende das informações obtidas pela equipe de investigação, haveria pista de pouso clandestino no interior do Estado, e haveria, para a facilitação da entrega das armas, o apoio de policiais. Não foi possível, dentro da minha investigação, avançar mais nesse aspecto. Houve também delações aí sobre remessa de munição pelo Exército, principalmente a munição 762. Pela qualificação dos participantes da quadrilha, a maioria deles é estivador. Então, é intuitivo que ele poderia usar o porto. E ele conseguiu inclusive inserir trabalhadores sazonais por meio de uma possível fraude num concurso — na verdade, o concurso não pôde ser realizado, então, foi feita uma contratação emergencial. Isso é objeto



do inquérito próprio. Então, ali, a zona portuária é de interesse para também o traficante Naldinho. Isso é objeto de apuração própria, ainda em andamento. E também com relação ao porto, é interessante observar que eles pretendiam adquirir a Companhia Nipo-Brasileira de Pesca. Segundo os relatos deles, para obter guias de importação e exportação e também pelas facilidades de acesso ao porto, etc., já propiciadas pelo acesso desses trabalhadores sazonais no porto. Eu acho que de relevante e como panorama geral é o que mais importa para esta CPI e estou à disposição para eventuais perguntas. Com relação ao compartilhamento de documentos, não há oposição do Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer, para ver como as coisas se interligam... Os senhores lembram daquele fabricante de munição Brustolin? É interessante que foi um que foi pego com grande quantidade e tal. Pois tem ligação do Naldinho lá para ele. Para ver como tem ligação entre... Não, era lá Estação, se não me engano, no Rio Grande do Sul. Era caça, pesca, mas era fábrica também de munição. E veja como não vai parar lá essa ligação do Naldinho. O Naldinho representava que organização criminosa? Deu para saber isso?

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Ele se nominava: "*Eu sou Luiz Gama*". Na verdade, ele tinha o apoio do Comando Vermelho, segundo ele informava. Havia um integrante do Comando Vermelho na Baixada Santista. E ele, quando perguntado até pelos demais integrantes da quadrilha se ele ia fazer as pazes com o PCC, se ele ia derivar para ADA ou o CV, ele falava "*Eu sou Luiz Gama*", que foi o primeiro ponto dele em Santos. "*Eu sou Luiz Gama*". Por isso mesmo talvez ele esteja jurado de morte, aí todo mundo quer pegar o Naldinho, e por isso ele tem que ser transportado com todas essas dificuldades para as audiências, e há toda essa dificuldade para mantê-lo no sistema...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Ele se considerava até um ícone do crime lá da Baixada, porque até música sobre ele tinha, essas coisas.

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Sim, sim. Mas ele recebia apoio do Comando Vermelho e havia um integrante do Comando Vermelho na Baixada Santista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E aí dava esse choque com o PCC, que também queria dominar.



**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Uma das causas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está bem. Eu pergunto aos Deputados se gostariam de fazer perguntas. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar queria parabenizar a Dra. Ana pelo trabalho que fez no sentido de fazer com que essa quadrilha pudesse hoje estar na cadeia e, ao mesmo tempo, a denúncia para que eles possam ser julgados e condenados e possam continuar na cadeia por muito tempo e que não retornem mais à atividade.

Eu pergunto à Dra. Ana: sendo uma quadrilha que tem não apenas tráfico de drogas, mas tráfico de armas e munições, mas também tem lavagem de dinheiro, V.Sa. sofreu alguma ameaça nesse período que está à frente dessa ação?

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Sr. Deputado, diretamente, não. Mas é comum no cargo algum tipo de intimidação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Mas houve intimidações assim recados, ou seja, telefonemas e seguimento?

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Telefonema , sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Telefonema, sim. É, porque a quadrilha, mesmo de dentro da prisão, ela continua agindo, como a gente percebeu dessa relação. Inclusive o PCC se coloca como um partido e tem um estatuto, dizendo "*no Rio de Janeiro nós estamos coligados com o Comando Vermelho*". "Coligados", a palavra é esta: "coligação". Ou seja, aí, nesse sentido, é claro que, como eles têm toda a liberdade com celulares e informações, como vimos até armas poderiam chegar no presídio, lá no PCC de Iaras, não é? A sorte foi que uma caixa caiu e mostrou o cano do fuzil, porque senão eles tinham saído daquela cadeia e tinham realizado uma verdadeira chacina ali. Esse é um aspecto importante.

O Naldinho, quando esteve aqui, disse que ele era um homem que apenas foi contratado para ser um segurança, para mostrar como é que o caminhão chegava à Baixada Santista. Com o passar do tempo, nós verificamos que o Naldinho vai dizendo que também ele montou o que ele chamava de um centro automotivo. Esse centro parece que era um espaço de lavagem de dinheiro, onde ele comprava e vendia carros, ou uma espécie de oficina até.



Eu pergunto, Dra. Ana: além dessa relação, dessa coligação do PCC com o Comando Vermelho, alguma outra organização criminosa também presente nos presídios pode identificar alguma relação com o Terceiro Comando ou com outra organização criminosa que hoje esteja gerenciando o crime a partir dos próprios presídios? Qual a relação, por exemplo, de Naldinho com Elias Maluco e com Beira-Mar? Porque parece que havia uma relação muito próxima. E na relação de Elias Maluco teria um sobrinho dele que era conhecido por Baleia, e não se conseguiu identificar o nome dessa baleia, que era grande demais, e não se conseguiu saber o nome dessa baleia.

Eu pergunto. Pelo que nós temos aqui, o representante da ligação seria o Nai. O Nai é o mesmo Clóvis Ribeiro? Seria essa a relação de Beira-Mar com o Naldinho? Qual é o papel do Nicolau Naum dentro desse sistema todo? Pelo que nós verificamos, foi dito pelo Naldinho que ele era um tio que emprestou dinheiro para ele montar o negócio, né? Depois ele se tornou sócio. Ele vivia de vender aquelas ações de TDA. Era isso o que aparecia. Mas, pelo que nós verificamos, parece que o Naum era o chefe do “banco central” do Naldinho, do crime organizado, ou seja, era o cara que tinha o controle das finanças. É isso mesmo? Qual era o papel dessa figura chamada Nicolau Naum?

Aqui esteve o Delegado Alexandre Gargano Cavalheiro. Ele disse o seguinte: que munição tinha para fuzis, e se tinha munição era porque deveria ter também fuzil, mas ele disse que os fuzis não foram localizados. Eu pergunto se durante esse período esses fuzis foram identificados ou não, ou se ainda continuam não localizados.

Uma outra questão que eu queria ver é que a quadrilha era bem organizada. Ela não apenas fazia o tráfico, a venda de droga, ela tinha objetos que foram apreendidos e substâncias destinadas ao preparo, à produção e ao embalo dessas substâncias. Então era algo bem organizado. Ou seja, eles pegavam 1 quilo de cocaína e conseguiam produzir diversos outros quilos para vender.

Uma outra coisa é com relação a essa relação do Naldinho, da quadrilha de Naldinho — é Naldinho e Gordo, não é, que inicialmente aparece — com o Rio de Janeiro, ou seja, uma vinculação entre aquilo que acontecia na Baixada e o que acontecia no Rio de Janeiro. Essa relação aparece muito próxima entre as 2 quadrilhas, sendo que o Rio de Janeiro teria a figura do Comando Vermelho como



sendo esse interlocutor. Naldo era mesmo o chefe da quadrilha ou era um grupo maior que chefiava? Era só ele ou tinha outras pessoas que também comandavam toda essa operação?

Acho que foi isso, Sr. Presidente, que me chamou a atenção das informações que temos. E para concluir eu procuro verificar que a lavagem do dinheiro estava presente e que o Naum parecia ser essa figura que transformava o dinheiro sujo em dinheiro limpo, que poderia ser colocado em investimento. Foram identificados os investimentos que essa quadrilha tinha, da Baixada Fluminense e outros locais? E se havia uma relação dessa quadrilha com a Colômbia, com outros países. E se também essa quadrilha se espalhava por outros Estados brasileiros, ou se estava apenas localizada em São Paulo e Rio de Janeiro. Porque, pela informação, Naldinho teria ido a outros Estados brasileiros. Se essa relação também, se ela se espalhava por outros recantos do nosso País.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - A senhora pode responder, por favor.

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Excelência, algumas perguntas eu não posso responder completamente...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - ... seja pelo segredo do processo, que o juiz decretou e não quis compartilhar esses documentos... Eu posso participar para o senhor reservadamente, para que o senhor tenha um entendimento pleno. Eu vou procurar responder de uma forma genérica, como o segredo parcial permite. Vamos de trás para a frente, então. Colômbia? Sim, sim, havia relações. Há registros também de que um dos integrantes da quadrilha andou viajando para Vilhena, e de lá eu não tenho mais rastro de para onde é que ele foi. Havia registros ali de um colombiano, além do Baleia. O Baleia estava na Baixada Santista, também tinha um colombiano. Mas o momento de deflagrar a operação não permitiu que essas pessoas fossem presas. Então, às vezes há necessidade de se fazer o bote. Quando a quadrilha se reuniu foi conveniente, até porque depois não adianta, muitas pessoas ainda não estavam identificadas, não estavam qualificadas. Os criminosos, eles usam celular frio, não falam o local onde eles vão se encontrar. Raramente se tem a possibilidade de avançar sobre eles de uma maneira sincronizada, que



permite a prisão do maior número de pessoas possível. O Baleia era o integrante do Comando Vermelho que estava na Baixada Santista. O senhor já tinha essa informação. A gente tenta identificar, não é? Não sei agora como vai ser possível, não é? Mas ligação com o Comando Vermelho sim, tinha. O Baleia é um dos exemplos. Se o Naldinho tinha relações com o Rio de Janeiro? Via Soul. Ele se comunicava com o Soul. Isso aí consta até do grampo do Rio de Janeiro. Gordo é o apelido do Naldinho. Quanto ao Naldo ser o chefe, o Naldo era o mais operacional. Até na denúncia está focado: Ná e Naldo são os chefes da quadrilha. O Ná é um sujeito mais comedido, mas o histórico dele já diz tudo: em 99 estava lá em Vilhena, passeando por aí, com traficante... Ele parece ter sido aquele que fez o *link* com o Ronaldo e com os outros traficantes. Todos são estivadores, exceto o Sr. Edson, o caseiro, a filha do caseiro, a mulher do caseiro... o filho do caseiro. Todos são estivadores, daí esse contato entre eles. Há mais gente envolvida? Há. Há investigações em curso? Há. Com relação à organização da quadrilha e ao fato de ter um laboratório, a toca, em Ribeirão Pires, era realmente um laboratório. Ele fazia a mistura da droga ali. A cocaína vem em pasta, aparentemente da Colômbia. Vem em pasta da Colômbia, bem mais concentrada, e ele fazia ali a mistura dele. Não foi possível... Nós tínhamos... Nós estávamos tentando rastrear um caminhão com 200 quilos de pasta base do Naldinho, mas não foi possível, com a deflagração da prisão, porque ali era o momento mais oportuno, segundo a equipe, segundo os delegados. Com relação à operacionalização da prisão, eu não sou a pessoa mais indicada a falar, mas ele tinha todo um laboratório montado para mandar a droga. Mandava para o Rio de Janeiro e também distribuía em Santos, ali na Baixada Santista. Vendia por atacado na Praia Grande, conforme a denúncia inicialmente feita. Sobre munição, que o senhor tinha perguntado, foi apreendida farta munição de fuzis. Não foram apreendidos fuzis, o que causou estranheza ao Ministério Público e foi objeto de indagações, ainda pendentes. A apreensão da munição foi feita pela Delegacia de Polícia de Santos, posteriormente, à diligência do DENARC. A diligência do DENARC não viabilizou a apreensão da droga, que estava num subterrâneo, sob um fogão. E parece que houve uma denúncia ali mais específica: “*Olha, a droga está escondida lá embaixo...*”. E foram direto ali ao fogão. Então, foi uma outra equipe que fez a apreensão, não foi o Dr. Gargano. Especificamente



sobre a participação de cada um na quadrilha, eu preferia reservadamente, e também sobre a questão da lavagem, o *modus operandi*, assim...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Realmente o centro automotivo foi objeto da denúncia também, que ele citou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Ele procurava fazer negócios lícitos... Ah, lícitos não, com aparência de lícitos, em Minas Gerais. Mas não foi possível aprofundar mais. E no Rio de Janeiro, no fornecimento de drogas. Agora, é difícil rastrear os bens de uma quadrilha, porque normalmente há dissimulação também da propriedade, que é um dos tipos da lavagem. Muitos bens foram seqüestrados. Foi possível o seqüestro de alguns imóveis e dos carros também, do centro automotivo. E há autorização para o leilão desses carros já.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E também muitos laranjas, não é?, que eles colocam também.

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - É difícil rastrear. É muito difícil rastrear. Houve apoio do DRCI, do COAF... O Ministério da Justiça fez algumas diligências. Eu me reuni em Brasília com membros do DRCI justamente para não deixar a quadrilha com capital, mas a gente sabe que eles detêm um poderio bem maior, até porque a compra da Nipo-Brasileira, que era pretendida por eles, talvez fosse um negócio que geraria em torno de 48 milhões de reais, então, um capital de grande porte.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Fleury com a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu não vou fazer nenhuma pergunta, apenas cumprimentar a Dra. Ana pelo trabalho que ela tem realizado e dizer que nós lamentamos... Talvez, se o juiz da Praia Grande tivesse liberado, nós poderíamos fazer uma sessão reservada, e, evidentemente, as informações que a senhora pudesse transmitir a todos nós seriam preservadas dentro do sigilo, de acordo com a lei, não seriam evidentemente utilizadas de forma indevida. Mas isso não será possível. Já li a decisão judicial que aqui se encontra.

Mas eu agradeço. Quero cumprimentar a senhora, ao mesmo tempo em que lhe agradeço pela presença, pelo trabalho. Sei das dificuldades que a senhora tem



enfrentado lá na Praia Grande e a cumprimento pelo sucesso que tem alcançado nessa luta, que é uma luta desigual, porque enfrentar uma quadrilha que dispõe de recursos para comprar uma empresa de 48 milhões de reais, com a precariedade que a gente tem de meios, infelizmente, no Ministério Público e mesmo na estrutura policial do Estado... Parece-me que realmente o seu trabalho tem que ser reconhecido pela Comissão.

Era só isso o que eu queria acrescentar, Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, e tendo em vista a campanha da Ordem do Dia, eu queria, em meu nome e em nome do Deputado Moroni, agradecer a presença da nossa promotora e dizer da importância para esta Comissão do que a senhora pôde expor. Claro que a senhora gostaria, de alguma maneira, de ter a oportunidade de falar das suas angústias, que efetivamente acontecem no processo judicial em curso, mas sabemos das dificuldades regimentais e jurídicas dessa possibilidade de depor em torno de matérias que estão em segredo de justiça. Sabemos que, infelizmente, em outros casos, quando não interessa, o segredo de justiça não existe, não é, Deputado Fleury? Nós é que sabemos como tem sido difícil em outros casos. Mas imagino que esse seja um caso que causa melindres, por isso a senhora deve ter sido impedida de, mesmo numa sessão reservada, contar sua experiência e os trabalhos que a senhora está desenvolvendo.

De qualquer maneira, como Vice-Presidenta da Comissão e do Estado do Rio de Janeiro, tenho noção exata da dificuldade que a senhora deve estar sentindo. Eu me lembro de quando a Promotora Márcia Velasco trabalhou conosco no caso Fernandinho Beira-Mar. Não deve ter sido muito diferente do que a senhora deve estar sofrendo como promotora deste caso.

Então, eu agradeço a presença de V.Exa. e encerro a sessão. Não, não encerro, não.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Desculpem. Antes eu preciso colocar em votação 2 requerimentos. E quero perguntar se a senhora — estes 2 eu já votei, fui eu mesma que votei —, se a Dra. Ana quer fazer ainda uso da palavra. A senhora ainda tem tempo para se pronunciar novamente, se a senhora quiser.



**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - Eu agradeço os cumprimentos, mas informo que os trabalhos ainda estão em andamento. Então, os senhores devem ter mais notícias.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Que bom, Dra. Ana.

**A SRA. ANA MARIA FRIGÉRIO MOLINARI** - E permaneço à disposição também para quaisquer esclarecimentos. Havendo entendimento com o juiz, também não há o menor empecilho para mim em fornecer documentos e o que mais for necessário para a CPI.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Dra. Ana, pela sua presença e pela sua boa vontade com esta Comissão.

Convido, então, agora — e me perdoem, mas nesta altura, com a sessão já iniciada, eu me confundi — o Dr. João Carlos Cardoso de Campos, Presidente em exercício da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis — CONPORTOS.

Podia depois você ajudar a gente com a PEC da Guarda Portuária, da qual sou autora. (*Risos.*) Seria bom que a gente tivesse uma guarda portuária para tomar conta dos portos deste País. Aliás, já toma. Só regulamentada.

O Deputado Moroni já virá aqui presidir a sessão. V.Sa. tenha assento.

Vou passar a presidência ao nobre Presidente, Deputado Moroni Torgan.  
(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Primeiro agradecer a presença ao Dr. João Carlos Cardoso de Campos e dizer que para nós, CPI, a sua presença aqui é muito importante, porque portos e aeroportos... Não sei se são problema os aeroportos, mas os portos têm sido um problema grave para nós aqui, nesta questão de tráfico de armas, especialmente o Porto de Paranaguá. Mas depois poderá falar melhor sobre isso o Deputado Josias Quintal, que é Sub-Relator da área.

Tem V.Sa. a palavra para as considerações preliminares.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Inicialmente, agradeço a V.Exa. e à Deputada Laura Carneiro o convite e a possibilidade de aqui representar o Dr. Luiz Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública e Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS).



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O senhor quer fazer uma exposição?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - V.Exa. me permite? Eu ia pedir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Por favor.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu peço permissão para fazer a exposição de um projeto. Eu sei que a Deputada Laura Carneiro os conhece, mas, se eu apresentar aos senhores duas siglas — CESPORTOS e CONPORTOS —, talvez a maioria não saiba. Então, eu vou colocar rapidamente o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O senhor vai usar o aparelho?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não, eu até trouxe, mas... Deputado, eu até acho desnecessário, para não confundir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu vou fazer uma narrativa rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Ótimo.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Resumidamente, em 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas mande para a gente, Dr. João Carlos.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Mando, e completo. O que aconteceu? Com os atentados de 11 de setembro, a Organização Marítima Internacional procedeu a alterações na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, solicitando a todos os navios e portos que mantivessem interface, no comércio internacional, planos de proteção tanto para navios quanto para instalações portuárias, o chamado *ISPS Code* — Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias. Ele veio e foi rapidamente aprovado. À época, eram 162 países signatários; hoje são 166 países signatários. O Código não prevê nenhuma sanção. Ele deixa sujeito o país que não aderir a essas medidas e diretrizes a embargos e barreiras não tarifárias. Então, o Brasil, no início de 2003, procedeu à adequação dessas normas de segurança a um plano de segurança pública portuária, aprovado, por coincidência, alguns dias antes, em dezembro de



2002. O nosso Secretário Nacional e o Colegiado da CONPORTOS, que se constitui de 5 Ministérios, entenderam o momento como uma grande oportunidade de o Brasil alavancar a parte de segurança pública num setor portuário tradicionalmente abandonado e cheio de vícios, mazelas e delinqüências. O que fizemos? Trouxemos todas as diretrizes do ordenamento internacional para dentro das resoluções e do Plano Nacional de Segurança Pública Portuária. Esclareço aos senhores que o Brasil, em meados de 94, dada a ocorrência de delinqüências, crime organizado — especialmente nos portos do Rio de Janeiro e Santos —, criou os 2 NEPOMs, que são os Núcleos Especiais de Polícia Marítima da Polícia Federal, para dar uma satisfação à comunidade marítima internacional, e promulgou o Decreto nº 1.507, de 95, para que o Brasil implementasse um conjunto de normas de repressão e prevenção a esses atos ilícitos. Infelizmente, internamente as nossas autoridades não tiveram fôlego para isso. O ordenamento internacional, com escopo no terror, impulsionou esse projeto, e hoje, decorridos 2 anos daquela data, nós temos 218 planos de segurança implementados em todos os portos públicos e privados e instalações portuárias estabelecidas no Brasil que operam o comércio internacional. Então, com isso, acho que eu coloco os senhores a par do que é o trabalho da CONPORTOS, que na realidade é executado por 21 Comissões Estaduais nos Estados, constituída pela Polícia Federal, Capitania dos Portos, Secretaria da Receita Federal, Governo do Estado, através da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e autoridade portuária. Essa é a suma do processo. Estou à disposição agora para as possíveis perguntas.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Presidente, eu posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Por favor, Deputada Laura Carneiro. Tem prioridade o Deputado Josias Quintal.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Eu queria que V.Sa. pudesse informar quais são — até porque eu sei a resposta, mas eu acho que é importante que a população saiba — os sistemas de controle existentes nos portos brasileiros no que diz respeito à entrada de mercadorias proibidas, seja lá armas, drogas.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito. Exatamente, o que mudou no panorama? Fazendo um breve relato da minha condição profissional, eu, durante 26 anos, fui filho do Departamento de Polícia Federal, o que muito me orgulha. Aposentei-me e vim assessorar o Secretário nessa área específica, na qual



trabalhei 12 anos da minha vida, voltada a portos e aeroportos. E sempre me questionei por que um mundo tão distante de outro: o aeroporto organizado, com sistema de segurança, com planos, com uma cultura estabelecida, que todos nós, na condição de passageiros, sabemos o nosso proceder no primeiro passo, quando adentramos o aeroporto; e os portos tão abandonados ao longo de um século, com vícios que ainda hoje se incrustam. A doutora colocou muito bem aqui a parte da estiva e do OGMO, o Órgão Gestor de Mão-de-Obra, que não estão aceitando, especialmente no seu Estado de São Paulo... É uma das dificuldades desse cadastramento. A gente sabe disso. E aí vai por conta de toda uma delinquência. Existe o problema constitucional de não poderem os órgãos do sistema alegar essa situação para afastar esse trabalhador. Então, ele é facilitado e cooptado facilmente pelo crime organizado. Respondendo à Deputada, esse bojo de medidas contemplando os planos, coisas inéditas como o controle de perímetro do porto; controle de acesso de pessoas, veículos e cargas com monitoramento através do CFTV, em especial a operação do navio, quando ele estiver na interface cais/navio; monitoramento das áreas de fundeio... E aportou, com recursos do Governo Federal, impulsionando 11 NEPOMs, constituídos pela Polícia Federal, para dar o suporte na parte de Polícia Marítima tanto na água quanto na terra. Todas as pessoas que hoje adentram o porto devem ser fiscalizadas e previamente cadastradas, assim como veículos. É o caso dos estivadores e dos motoristas de caminhões. São essas as medidas principais, Deputada, que a senhora bem conhece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Dr. João Carlos...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Campos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Dr. Campos, eu gostaria de saber do senhor — se o senhor puder até anotar, porque eu vou fazer um conjunto de colocações, e o senhor pode responder em bloco; depois a gente pega uma segunda parte, se for o caso —, que o senhor detalhasse para nós qual é exatamente a função ou a atribuição da Comissão Nacional de Segurança Pública de Portos e Aeroportos; saber se essa Comissão tem, na estrutura, um braço operacional capaz de promover fiscalização, de fazer abordagens nos carregamentos, etc. e tal; se é freqüente a apreensão de armas nos portos e nos aeroportos — a pergunta é pertinente porque, afinal de contas, a nossa Comissão



trata de tráfico de armas —; e onde estão, na sua visão, as vulnerabilidades, considerando que há, no imaginário da população, no imaginário das próprias instituições policiais e de segurança no País, a impressão de que grande parte do carregamento das armas que chegam aqui no Brasil, o contrabando de armas, elas chegam por essas vias, exatamente por portos, especialmente portos e aeroportos. Então, na sua visão, onde estão essas vulnerabilidades? E, repetindo, se tem sido freqüente a apreensão de armas nos portos brasileiros.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito. Bom, como eu declinei antes, a CONPORTOS foi construída em 95, mas efetivamente começou a funcionar por impulso do Código Internacional. A função primordial da CONPORTOS tem o caráter normativo e fiscalizador de implementar e elaborar esse processo de prevenção e repressão a atos ilícitos praticados nos portos. Como o senhor bem colocou, nós não temos o caráter executivo. Isso acontece nas pontas, com as CESPORTOS, com a coordenação do Departamento de Polícia Federal. O Departamento de Polícia Federal coordena, em especial, a Receita Federal, a Capitania dos Portos, a Polícia Militar e a Polícia Civil. E, numa máxima de segurança pública — e o senhor é especialista nisso; e o Deputado Fleury também sabe, por ter sido um especialista das nossas dificuldades —, quais são as palavras-chaves para o sucesso de tudo que já foi debatido hoje nesta plenária? Articulação e integração. Esse é o nosso desafio de muitos anos em segurança pública. O senhor sabe o quanto é difícil isto: a alimentação desses bancos. Existe hoje toda uma logística. Eu ouvia o Deputado Fleury falar do SINARM. E a gente sabe que armas são apreendidas, aqui e acolá, nos Estados da Federação, e não são inseridas no SINARM. Simplesmente o cara procede isoladamente. Eu não sei se não há o alcance da regra no escalão superior para que essa prática seja uniforme em todo o País e a gente resolva definitivamente esse problema, mas é um fato impeditivo para não termos um banco. Outras autoridades já sentaram aqui, já explanaram melhor o assunto, e nós não temos esse dado quanto ao número. Mas, quanto ao braço operacional, hoje nós estamos articulando todas as medidas de defesa em todos os níveis dos portos — 1, 2 e 3 — com o que temos nos Estados. E esse é o desafio. Na semana passada, passamos com as 21 CESPORTOS convocadas no Estado da Paraíba batendo nesta tecla: de que a Comissão Estadual não pode responder, e que o Poder Público não pode ficar afastado de um empresário que gastou milhões



para implementar medidas de segurança, para garantir o comércio internacional e a imagem do nosso País lá fora. O Poder Público não pode ficar afastado. Ele tem que se aproximar desse local. É o caso que a Dra. Ana colocou aqui. Não adianta ter defesa interna, intramuros. Nós fizemos um ofício circular agora, preocupados com a estação de passageiros. O Secretário Nacional fez para todos. Os senhores devem ter conhecimento de que, no ano passado, o Estado do Ceará, em Fortaleza, teve cerca de 20 incidentes. Eu não me recordo o nome da Deputada que esteve aqui reportando o fato. Por quê? O turista desceu em nosso País e saiu no entorno do porto, que já tinha plano credenciado pela CONPORTOS, e não encontrou aquela coordenação, aquela articulação necessária para defender e garantir o trânsito desse turista, essencial à economia e à imagem do nosso País. As vulnerabilidades do sistema: primeira, existe uma logística nova nos portos; o local onde o senhor passava há 2 era parte do estacionamento, todo mundo circulava ali, era comum ver estivador em soleira de armazém fumando maconha ou bebendo cachaça — era comum isso em todos os portos, praticamente. Alguns terminais mais avançados, com uma visão patrimonial, já tinham outro tipo de gerenciamento voltado para essa concepção de segurança. E esses equipamentos que foram hoje disponibilizados para controle estão tendo dificuldades de adequar ao ser humano. Volto a frisar — já foi colocado aqui na plenária: o fator humano é, na visão da CONPORTOS... A Dra. Eudes colocou aqui. Foi pressionado nesse sentido. E toda essa cadeia de cuidados que nós temos de ter, Deputado, esbarra no fator humano. Há poucos dias em São Paulo aconteceu um assalto a 2 condomínios, tapados de segurança de última geração, e falhou o ser humano. A CONPORTOS está buscando essa vulnerabilidade, estabelecendo um treinamento padrão para as Guardas Portuárias e para as vigilâncias privadas, para adequar o homem a essa realidade, para que ele tenha consciência de que hoje ele está dentro de uma nova cultura de segurança pública portuária e que deve reportar ao coordenador estadual qualquer ato ilícito praticado no porto. Para isso, a CONPORTOS criou, através da Resolução nº 21, um documento chamado ROIP — Relatório de Ocorrência de Ilícitos Penais. Todo porto e toda instalação sabe que qualquer apreensão de armas, droga, morte que interfira no andamento do porto e caracterize crime vai ser reportado à CONPORTOS, e a CONPORTOS vai difundir isso para todos os órgãos que integram o sistema — Polícia Federal, Marinha, Receita Federal —, para nós



formatarmos o mapa e definirmos em cada porto qual é a incidência maior de crime acontecida nesse ou naquele porto. Então, a vulnerabilidade de hoje, Deputado, seria neste sentido: uma adequação, devido à falta de um treinamento; uma auditoria para testar esse sistema. Mas, de certo modo, particularmente me sinto satisfeito em poder responder aos senhores que, em 1 ano, nós conseguimos estabelecer 218 planos onde não havia nada. E qualquer dos senhores hoje presentes na plenária que testarem isso vão verificar *in loco* que, para entrar no porto, precisam de um mínimo de controle. O percentual de carga. Respondendo: quando policial, eu sempre debati isso com os meus colegas. Nós temos diversos flancos vulneráveis em termos de estrada. E é a cadeia lógica de um crime organizado. Ninguém trafega tantos quilômetros impune; que venha de Corumbá, Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, as fronteiras do Sul. Então, a minha tese, enquanto policial, foi de que é muito mais fácil — e até por uma questão matemática —, se nós considerarmos que 86% do produto mundial circulam pela via marítima, é mais viável e mais provável, como o senhor bem colocou, que esse tipo, qualquer tipo — o entorpecente, a arma —, que ela venha a um porto e dali seja distribuída já com uma cadeia de crime organizado para o Estado vizinho mais próximo. Esta é uma possibilidade bastante evidente, especialmente hoje, entre os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, os 3 Estados. Então, o que acontece? Ele desembarca num porto. O porto tem o manifesto de um contêiner. E aí vou recordar — a Dra. Ana deve recordar, e os senhores também — um assalto que houve perto do Natal de 2004, em que 15 elementos, com coletes da Polícia Federal, encapuzados, com forte armamento, levaram 2 contêineres, exatamente aqueles 2 contêineres. Eu não sei como está a investigação, não sei como responder aos senhores, mas cobrei do delegado titular da CESPORTOS que acompanha essa investigação. Vejam bem: é evidente que essa quadrilha sabia muito bem o que estava ali dentro. E eu, como policial de 26 anos, não acredito que uma operação desse porte tenha sido para roubar tênis Reebok, por exemplo. Até é possível, mas a informação processada no crime organizado identificou aqueles 2 volumes como de interesse do crime organizado. Houve um certo poder de resposta, mas infelizmente não suficiente para conter, e as investigações até hoje não foram positivas no sentido de elucidar o fato. Sabemos também, por reporte, já do ROIP — Relatório de Ocorrências Ilícitas Penais, e por reporte das CESPORTOS, Deputado,



que a incidência de roubos de carga no Porto de Santos é muito grande. Sabemos também que essa carga não chega à via federal, à Anchieta e à Imigrantes; que ela está sendo desmanchada a, no máximo, 2 quilômetros do porto. Ou seja, existe uma cadeia logística criminosa que vai desde o motorista até alguém dentro do porto, porque nunca há erro. Sempre o contêiner que é seqüestrado junto com o caminhoneiro contém carga valiosa. Ele não erra; ele não vai pegar saco de farinha; ele vai sempre em cargas de componentes eletrônicos de alto valor; e ali no meio podem estar entorpecente e armamento. Não temos hoje o reporte oficial. Continuando, antes que o senhor adite mais perguntas, a Receita Federal, particularmente, faz parte desse sistema, dessa cadeia de coordenação. Existe hoje entre a aduana brasileira e a aduana americana um projeto chamado CSI, que é a Iniciativa para Segurança dos Contêineres. Particularmente, eu tenho pedido e me empenhado junto à Receita Federal aqui em Brasília, junto ao Dr. Mauro Brito, que eles convidem especialmente a Polícia Federal para ver essa operação, porque o acordo é comercial. Os Estados Unidos pediram uma amostragem de escaneamento daquilo que o Brasil está mandando para lá, porque a nossa amostragem era ínfima. Há 3, 4 anos, a amostragem era muito pequena: de um universo de 100 mil contêineres, o senhor tinha 2% de amostragem. Então, nós pretendemos elevar essa amostragem. Mas a Polícia Federal não conseguiu sequer ver como funciona essa tecnologia em Santos. E eu cobrei da Receita aqui em Brasília, fazendo lembrar a eles desta articulação e desta integração, o que, no meu juízo, é vital para que o sistema funcione. O interesse alfandegário e a precedência que a Receita tem, de certa maneira, têm sido um impasse dentro do Colegiado. Eu, como coordenador de 5 Ministérios, representando em última instância o nosso Ministro, o Dr. Márcio, eu não posso trazer isso à baila e à luz, de modo a dissipar o Colegiado. Mas, eticamente, eu tenho solicitado que essas barreiras dentro dos portos — zona primária, precedência — não excluam a atividade dos demais órgãos, pertinente ao sistema de segurança. Esse é um problema antigo no Brasil. Eu posso garantir isso para o senhor. Eu vivi isso na prática tanto nos portos quanto nos aeroportos. Conseguir, não de maneira institucional; consegui com um trato ético, com um trato pessoal, aproximar, no Rio Grande do Sul, onde foi a minha área de atuação, uma excelente convivência entre Receita Federal, Capitania, durante 12 anos, quando comandei o Núcleo de Fiscalização pela Polícia Federal. Mas, quando se tenta



escrever algo nesse sentido, existe uma certa resistência por parte deste ou daquele órgão. E eu tenho trabalhado nesse sentido, porque o Brasil não pode ficar gastando com determinado órgão e com outro. Nós temos de somar os esforços, articular e integrar as nossas ações. Eu acho que V.Exas. sabem muito mais do que eu o sentido, aonde eu quero chegar nesse processo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Dr. Campos, o senhor faz colocações de uma maneira abrangente, até dentro de uma visão estratégica, mas eu queria observar para o senhor o seguinte: a Comissão de Tráfico de Armas pretende fazer o diagnóstico dessa situação, dessa questão, em todo o Brasil. Ela pretende fazer a abordagem em todos os campos onde isso possa ocorrer. E pretende também confirmar ou até mesmo acabar com alguns mitos. Um dos mitos que se tem é com relação a essa questão de que as armas chegam por portos, chegam por aeroportos.

Ainda persiste para nós uma dúvida. O senhor foi muito explicativo, tratou a questão de uma forma mais elevada, mas eu pediria uma nova abordagem do senhor, tecendo, se possível; pontuando, se possível; e até citando, quantificando alguns dados, na medida em que o senhor possa ter disponível. Quantificando até com proximidade alguns dados referentes a essa questão de apreensões, se existem ou não.

Quanto ao sistema de controle, o senhor nos confirmou uma preocupação que tínhamos. Apresentaram 218 planos, que não havia nada.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não havia nada.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Então, é um depoimento que vem confirmar o absurdo, o caos que devia ser...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - A vulnerabilidade.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - ... o controle. A vulnerabilidade dessa coisa. São 216 planos recentes. Então, há números.

Vamos avançar mais ainda no sentido de... Caso o senhor disponha, cite alguns dados, para que a gente depois vá para o relatório.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu o comprehendi.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Efetivamente, há uma freqüência muito forte de tráfico de armas, de contrabando de armas, enfim, por essas vias. Ou



não há. Então, a gente vai precisar ser genial para chegar a uma conclusão, que é um dos objetivos da Comissão.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito, Deputado, eu comprehendi muito bem e vou lhe responder bem objetivo. Como o projeto é novo, ele traz mecanismos para inibir esse mito de que nós não temos dados. O Poder Público não tem esse tipo de dado. Qual é o maior percentual? Era a estrada? É pelo porto? Não tem. Eu sei que antecessores especialistas já passaram aqui e não puderam fazer essa avaliação, em razão da falta de canalizar para o Banco Central essas apreensões. Através desse mecanismo que eu coloquei aos senhores, o ROIP, o Relatório de Ocorrência, nas apreensões futuras da Polícia Federal, da Receita Federal, nós teremos como avaliar e, daqui para a frente, sim, lhe dar um diagnóstico mais preciso da incidência. Nós temos alguns casos isolados de porte ilegal de arma. Isso nós já temos. Pessoas que foram detidas no interior do porto...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Número significativo?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não. Desde o processo, não chega a ser significativo. Meia dúzia de casos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Cotidiano...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Cotidiano.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - ... ou eventualmente?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eventualmente, pessoas, até com desconhecimento da lei, que não poderiam estar portando arma. Por exemplo: veja o senhor como o ROIP já funciona. Uma morte, em um porto, de uma pessoa que invadiu o local para roubar aqueles cabos de cobre. Ele morreu eletrocutado, tentando roubar esse tipo de material para vender a quilo. E o porto já acusou. E quantos casos, inúmeros casos como o senhor colocou, nos últimos 25 anos, de que os portos não têm registro nenhum? Aliás, em tudo, até na infra-estrutura. Dos próprios canais de dragagem aí, eu tenho acompanhado na imprensa, perdeu-se a memória, inclusive do leito de dragagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Dr. Campos, desde quando começaram esses programas a acontecer?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Esses programas foram estabelecidos no Brasil no final de 2004. Em 2005, alguns portos públicos ficaram inertes no processo. Hoje, a Presidência da República construiu o grupo, aonde



estou nomeado, justamente para alavancar a conclusão desse processo nos principais portos brasileiros. Esse é um problema grave, também uma vulnerabilidade. Os gestores públicos atrasaram a implementação dessas medidas de segurança. Os seus arrendatários privados fizeram, e os principais portos, que representam cerca de 70% da carga movimentada nesses locais, ainda não contemplaram as medidas totais. Nós estamos fazendo um esforço no sentido de que elas se implementem até meados de julho deste ano.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Para concluir: essa questão de canal verde, canal amarelo, canal vermelho. Isso pode ser uma situação intransponível em termos de controle de carga, em termos de controle do tráfico de armas?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não. Eu acredito que não. Eu penso, particularmente, Deputado, que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Josias, só para esclarecer a mim e a outros talvez. O que é isso?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Eu posso esclarecer, mas eu pediria até que o Dr. Campos também esclarecesse. Está com a palavra. Mas, havendo necessidade, eu posso pessoalmente esclarecer, porque, na verdade, ele é autoridade. Mas eu posso esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Só uma preliminar.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Bem, eu falo alguma coisa, então. E o senhor complementa.

As normas de comércio, que regulam o comércio e a entrada de mercadorias, elas estabelecem um critério para a fiscalização. Então, uma carga que vem de determinado país, de acordo com o manifesto, é classificada como canal verde. Então, pelo manifesto, ela sequer é fiscalizada. Uma outra é fiscalizada por amostragem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Que é a amarela.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Exatamente. E uma outra é obrigatoriamente fiscalizada. Então, há inclusive, por conta da...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Isso já se sabe preliminarmente?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Preliminarmente. Mas o critério interessante...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Adianta o quê? Não adianta nada, então.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Quer dizer, se o camarada lá fora, o contrabandista...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não vai botar nada de errado naquela que for vermelha.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - ... o traficante, ele manda uma carga de fuzil, mas declara que aquilo ali são... que está mandando flores. Então, flores não tem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Vem na tarja verde...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Mas se leva em conta também o país de origem. Não é só... Várias informações são cruzadas para determinar se o canal é verde, amarelo ou vermelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas é meio ridículo fazer preliminarmente isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Não. Não é, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu preferia que tivesse aquele negócio de apertar na hora...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Presidente, eu fiz a colocação mais até para enriquecer, para abrir mais uma discussão. Embora eu ache que isso pode ser um entrave insuperável porque o comércio internacional precisa de velocidade. Isso, hoje, na própria concorrência mundial. Então, o custo da carga, do frete, influencia muito na questão do comércio. Então, muitos países adotam isso. Talvez aí a necessidade de termos o que o Dr. Campos anuncia: mais inteligência no sistema; formas melhores de controlar, incluindo aí um trabalho de inteligência que venha a superar essa...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito. Eu vou colocar assim para o senhor: eu, particularmente, não concordo com o que nós temos hoje. Mas o que acontece? Nós, do Brasil, aproveitamos essa enxurrada de medidas determinada por um organismo internacional e a adequamos a algo que não tínhamos, ao Plano de Segurança Pública Portuária. Porque o Poder Público poderia ter deixado na mão de empresário: "Ah, faça. Depois nós passamos lá para ver se vocês fizeram". Nós aproveitamos isso e trouxemos, como se fosse uma criança



nova, dentro do macro que é a segurança pública nacional, a segurança portuária. É a primeira coisa. Aí o senhor fala: “amostragem”. Eu já disse que ela é baixa. Aí vem o manifesto e o aleatório. O Deputado Fleury colocou com tanta propriedade. É uma conjuntura. O que os americanos fizeram? Jogaram para fora do seu país uma barreira de proteção para que todos trabalhem para eles. Então, eles vão cruzar. É uma cadeia sistêmica internacional de proteção. Eles, particularmente sobre o foco do terror, e nós para tudo: tráfico de entorpecentes, que é o princípio do nosso plano de segurança portuária; tráfico de armas; o resto de delinqüência; bandidagem nos portos. Para nós e outros países. Para eles, o foco: terror. Então, o que se leva em conta? Leva-se em conta o país, evidentemente; o exportador, se ele é novo no mercado; a credibilidade que ele já tem no comércio internacional. Todo esse cruzamento de dados para, quando chegar, em nome da facilitação do tráfico, como o senhor bem colocou aqui — porque não há como o senhor enfileirar caminhões numa fronteira e baixar para escanear contêineres, isso é impossível fazer —, então, eles cruzam os dados no setor de inteligência e fazem uma amostragem pontual, voltada, apertando: *“Não, este fica no canal vermelho”*. Faz de conta que é aleatória. Mas, na realidade, já existe esse trabalho de inteligência sendo feito. E não vai demorar muito nas EADIs, que são as Estações Aduaneiras, os famosos portos secos. Por quê? Os portos hoje não comportam mais; a logística da cidade não comporta. Então, certamente o nosso País e os demais países do mundo, a exemplo dos portos da Bélgica, que têm um complexo fantástico de escoamento de carga — até os 3 principais portos que lá existem têm a maior relação comercial com a América do Sul, que são os portos do complexo da Bélgica. O que acontece? Eles vão pedir que o Brasil implemente planos de segurança nesses locais justamente para poder “escanear” essa mercadoria, para que ela chegue ao porto com o controle do caminhão que vai transportar. Eles vão fazer esse tipo de controle. Quanto tempo leva de uma estação de porto seco? Vinte quilômetros de Santos até chegar no porto. Eles vão fazer isso. Esse é o futuro do processo. Nós estamos engatinhando e aproveitando para fazer coisas que nós nunca fizemos, que é cadastrar as pessoas, o cliente, o usuário, o trabalhador portuário. Mas o senhor tem razão: o fundo todo, o escopo, é formar um sistema, uma cadeia internacional, onde cada instalação portuária constitui uma célula de segurança. Aí, o que acontece? Se vocês me perguntarem: mas, se o Brasil não obedecer? se um porto nosso for



descredenciado? O comércio vai regular. Nós vamos pagar altas taxas de inspeção; os nossos navios vão ficar em quarentena; e vamos constar de uma lista. Aquele exportador nacional vai constar. É uma barreira não-tarifária. Essa é a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Deputado, mais alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Não. Estou satisfeito. Quero agradecer e dizer ao Dr. Campos que eu vou perturbá-lo lá, na busca de dados que vêm enriquecer nosso relatório.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu fico grato pelo convite e pelo acompanhamento que o senhor está dando ao nosso projeto. Estou à disposição, a qualquer momento, na evolução de retornar ou pessoalmente lhe informar acerca da evolução desse processo. Obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, Dr. Campos, o senhor falou de cargas que foram roubadas.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Têm também cargas que não foram buscadas? Chegaram, e ninguém procurou essas cargas, e a...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito. Existe até um jargão nos portos: "*O contêiner vazio é o contêiner mais perigoso*". E existe, nos pátios de contêiner, aquele contêiner que está em trânsito: o contêiner que está vazio para ser ovado; e o outro, que está sendo embarcado no Brasil pelos nossos exportadores, com nossos produtos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - E isso aconteceu. Em Itajaí, por exemplo, ano passado, se não me engano — o Dr. Dornelles está aqui —, numa dessas inspeções, verificou-se o vazamento, uma ruptura de um contêiner vazio. E muitos já tinham saído vazios para serem ovados fora do porto. Duzentos quilos de cocaína, se não me engano. O Dr. Dornelles pode me ajudar. Foi no Porto de Itajaí. Então, é um problema: o vazio e o em trânsito. Outro exemplo que eu posso citar para o senhor, no que tange à carga... É comum, pelo Brasil afora, o senhor ver, em praças públicas e em ruas de cidades brasileiras, marcas de cigarros, ou marcas nossas fabricadas, ou marcas falsificadas circulando no nosso



território nacional. Há 2 meses, uma informação, já numa cadeia com o MERCOSUL... Eu fui informado de que uma carga saiu do Paraguai para ser embarcada no porto do Uruguai com destino a Kingston, na Jamaica, o que já estranha. Aí, o que nós fizemos? Eu alertei a Polícia Federal com o número de contêiner. Já começou o problema. O contêiner não tinha manifesto para desembarque em nenhum porto brasileiro. Quando eu alertei a Polícia Federal, apareceu o manifesto de contêiner, dando como primeiro porto de desembarque o Porto de Rio Grande, o que chamou a atenção das autoridades. A Polícia Federal fez todo o aparato, levou os cães, fez toda uma inspeção. E se tratava efetivamente de mais de uma tonelada de cigarros da marca Marillion. E se pressupõe que eles poderiam tentar, numa das escalas Rio Grande, Itajaí, Santos, Rio, Manaus, deixar essa carga como trânsito para outro porto e alguém do sistema, previamente avisado, desovar esse contêiner e fazer circular essa mercadoria dentro do território nacional, evidentemente de maneira irregular.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Tanto é evidente que a gente vê isso. Se o senhor observar em praças públicas, em cidades de todo o Brasil, marcas que... E até marcas nossas. O famoso selo preto. É o cigarro que sai daqui para o Paraguai e volta sem o pagamento de tributos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu vou fazer as perguntas que tenho, e o senhor responde depois. Há um aspecto que chama a atenção, que são... Quer dizer, à entrada do porto tem a figura do prático.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - É. O condutor que conhece o canal que vai levar, conduzir ao navio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, quando o navio chega no porto, normalmente... Por exemplo, lá no meu Estado da Paraíba, nós, inclusive na CPI do Narcotráfico, filmamos barcos se aproximando do navio sem qualquer controle. Sai, entra. E também há até denúncias de que práticos estariam favorecendo isso na entrada do porto. Ou seja, navios de bandeira russa, bandeira coreana, bandeira chinesa...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Liberiana...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...e outras bandeiras estariam... Ou seja... Agora, o senhor falou de um paraguaio. No porto do...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Paranaguá.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...Paranaguá existe uma área...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Os armazéns paraguaios.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...que, parece, não tem qualquer tipo de fiscalização, de controle. Essa área é uma área arrendada para o Paraguai. E se não há controle, quer dizer, se cargas de cigarro nosso retornam para cá, ou seja... E nós perdemos com isso, porque os impostos não são pagos, não é? E há um prejuízo muito grande, além do contrabando... Ou seja, essa questão de ter áreas do nosso País sem qualquer controle... Quer dizer, isso não é perigoso para a nossa segurança nacional? Esse é um aspecto. Segundo: a nossa costa brasileira é enorme, é grande, e não há qualquer tipo de fiscalização. A Marinha diz: "Não, nós fiscalizamos os barcos". Vê se isso está certo. A Polícia Civil diz: "Não, não é competência nossa, é da Polícia Federal". A Polícia Federal diz: "Nós não temos como fazer isso". Porque, é claro, você vai fiscalizar, se não tem nenhum barco para você ir... E os navios em alto mar descarregam. E aí barcos levam não para o porto, levam para outros locais.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Um exemplo prático que a gente viu, inclusive, quando se coloca a questão do Suriname, é que o porto livre de Roterdã, na Holanda... Ou seja, chega-se lá no Suriname, e essas armas e outras coisas são encaminhadas...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - São dispersadas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu vejo com muita preocupação isso. E vejo que, ou nós fiscalizamos e controlamos a nossa costa brasileira, ou não adianta ficar só nos portos e aeroportos, porque muitas dessas cargas não passam pelos portos e aeroportos. Elas vão através de outros mecanismos, chegando e tendo toda a liberdade para chegar onde os chamados traficantes de arma, traficantes de drogas já têm como se apoderar disso e fazer um grande comércio. Só isso.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - O senhor quer que eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu tinha a acrescentar uma pergunta bem simples. Quais portos nossos têm Raio-X ou scanners para contêiner e quais não têm?



**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Poucos portos têm. Hoje, o Porto de Santos está no projeto piloto e está comprando, através da Receita Federal, para instalar. Existem alguns *scanners* antigos, que eu não sei o modelo, instalados em fronteiras, como Uruguaiana e Foz do Iguaçu. E me parece que alguns não estão sendo utilizados, sob a alegação do que foi colocado pelo Deputado Quintal, que seria a dificuldade na facilitação do fluxo do comércio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então, só para interromper, em porto não tem nenhum.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não. Que eu saiba, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Em aeroporto também não.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Em aeroporto, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - De contêiner? De carga?  
Scanner de...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Nos principais, sim. A INFRAERO tem, Deputado. Ela “scanneia”. Nos terminais de carga tem, nos TECAs.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Quantos?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu acho que todos sob a administração da INFRAERO. A maior parte dos grandes aeroportos já tem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - A informação que eu tenho não é essa.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - O senhor tem outra?

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - A informação que eu tenho não é essa.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - A informação que eu tenho é de que os aeroportos grandes têm o “scanneamento” de cargas...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Mas o senhor tem a obrigação de ter a informação correta. Por isso é que eu estou fazendo...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Mas eu vou buscar junto...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Por favor, eu gostaria de saber cada um deles.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu vou lhe responder posteriormente, com contato junto à INFRAERO, de maneira precisa, quanto aos aeroportos. Nos portos, eu estou respondendo que hoje existe esse projeto piloto.



Mas eu gostaria de voltar ao que o Deputado colocou na figura do prático. A crítica, tudo que é novo, quando se exigem normas de controles... A CONPORTOS vem sofrendo algumas críticas no todo do processo. Quando nos exigem a fiscalização, a segurança, ninguém gosta. A gente pede para os outros. Quando a gente é parte do processo e deve exemplar como clientes, usuários e agentes públicos, já é uma dificuldade. O senhor tocou justamente numa categoria que eu tenho tratado especificamente com eles, que é a praticagem. A praticagem pediu reconhecimento da documentação. Eles têm, efetivamente, dificuldades para sair, após acostar e manobrar o navio, por qualquer terminal. Mas eles não podem deixar de se submeter às regras hoje previstas nos planos. Essa é uma. E são o primeiro contato com o navio. O Porto de Paranaguá tem os armazéns, mas o que chega lá ou chega pelo próprio porto ou por outros portos. Santos descarrega e vai, via estrada, até o Porto de Paranaguá, para de lá ser distribuído. Aí o senhor me pergunta: *"Existe controle, nesse ínterim?"* Não, não existe. Pode haver uma barreira da Polícia Rodoviária Federal, da própria Polícia Federal, de uma Polícia Militar que tenha circunscrição numa rodovia estadual, onde vá cruzar esse veículo. Mas não há nada sistematizado. A extensão, a nossa costa, 7.500 quilômetros de costa marítima, e o triplo disso em águas doces. Hoje, estamos preocupados em atender os portos, que por sua vez atendem o comércio exterior. Mas, no futuro, é intenção da CONPORTOS estabelecer planos de segurança para todos, dentro da concepção de plano de segurança pública portuária. Hoje, nossa preocupação está voltada a garantir o comércio exterior brasileiro. Então, estamos em cima desses portos que mantêm a interface com o navio. Perfeito? (Pausa.) Fico devendo a resposta ao Deputado. Vou anotar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Fleury com a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Dr. Campos, eu acompanhei com atenção... Quero dizer ao senhor que esse é um assunto que... Como nós — o Deputado Quintal, o Deputado Moroni e eu — estamos aqui há muito tempo, lutando pela melhoria da segurança em nosso País, esse é um assunto que nos preocupa muito. Preocupa-me, e saio daqui mais preocupado ainda, porque na realidade, desde que D. João VI abriu os portos brasileiros, foi necessário que ocorresse o 11 de setembro, nos Estados Unidos, para que o Brasil passasse a se preocupar com a



segurança de seus portos e aeroportos. Essa é que é a grande realidade. E nós estamos fazendo isso não por um enfoque — na minha opinião; essa é a minha opinião pessoal — de segurança e sim porque corremos o risco de ficar aí no índice das nações que não cumprem as medidas mínimas de segurança. A CSI a que o senhor se referiu nada mais é do que uma decorrência da exigência americana. Os Estados Unidos terceirizaram, Deputado Moroni — V.Exa. conhece bem o assunto —, terceirizaram o acesso aos seus portos. Ou seja, os navios que não saem devidamente identificados do porto de origem e não são acompanhados por GPS, via satélite, não chegam nos portos americanos. Eles ficam em portos próximos aos Estados Unidos, onde fazem o desembarque, o que torna muito mais caro... E, consequentemente, na competição do comércio internacional, esses países são prejudicados. Quando os Estados Unidos expediram essas normas, que depois foram adotadas pelos organismos internacionais de comércio, nós nos preocupamos aqui nesta Casa. E houve uma disputa inútil, mais uma vez, entre o Ministério do Desenvolvimento Econômico, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e o Ministério dos Transportes. E só se resolveu isso, afinal, depois que o prazo já estava praticamente vencido e se conseguiu uma prorrogação de prazo. O Brasil conseguiu essa prorrogação, que, se não me falha a memória, vence agora, em julho deste ano. E nós corremos o risco de não atender às exigências internacionais, em matéria de origem de carga. Muito bem. Partindo desse princípio, eu ia fazer a pergunta que fez o Deputado Moroni: quantos *scanners* existem nos portos e aeroportos? A informação que tenho é de que nós teríamos em ação, nos portos, e também nos postos de fronteira, 2 *scanners*, e de que os 2 estariam quebrados por falta de conservação, não estariam funcionando. Pergunto ao senhor, primeiro, qual é a média de contêineres fiscalizados. Quantos entram e quantos são efetivamente fiscalizados? Eu vou fazer várias perguntas. Veja bem, se o traficante, se a pessoa que vai utilizar o contêiner sabe que ele está sujeito à fiscalização, vai tomar uma cautela maior. Agora, a informação que tenho é de que não chega a 1% o número de contêineres fiscalizados. Então, é a festa do caqui: “*Vamos para o Brasil, porque lá a gente entra à vontade*”. Segundo: qual é o efetivo que toma conta dessas operações nos portos? Terceiro: quantos portos têm monitoramento por imagens? Quantos portos têm monitoramento por imagens? Porque agora estamos falando da prática, doutor. O senhor é policial, tem experiência na área. Eu estou



cansado de plano bonito. Eu quero saber quanto do plano de segurança pública portuária saiu do papel, desde 2004 até hoje. Quanto saiu do papel? Qual a perspectiva, até o final do ano, que vai sair do papel? Qual é a verba que está sendo disponibilizada pelo Governo para isso? Ela tem sido contingenciada ou não? Porque estamos aqui falando de coisas do dia-a-dia. Quero saber, nos portos secos, como é feita essa fiscalização. O senhor, evidentemente, não tem responsabilidade nisso, porque não depende da sua ação. Vejo que o senhor conhece o assunto, mas eu quero saber é o que está acontecendo no dia-a-dia.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - O que tem sido feito para evitar os ataques dos piratas, no Porto de Santos, a navios? Porque isso está custando, inclusive, o aumento do seguro das cargas que vêm para o Brasil, por meio do Porto de Santos. Enfim, são essas as perguntas que eu gostaria que o senhor respondesse.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Bom, eu anotei, mas o senhor pode ir me questionando. Peguei no todo. Deputado Fleury, primeiro eu acho o seguinte: como o senhor bem falou, desde D. João VI, nós não tínhamos nada. Hoje, temos 218 planos. Fizemos do limão uma limonada. É bem verdade que não tivemos pernas, dentro do nosso País — e aí não vai nenhuma conotação ou culpa a ninguém. Tanto que, no começo da minha explanação, eu disse que a CONPORTOS foi construída em 1995, pelo Decreto nº 1.507. Criou 2 NEPONs nos 2 principais portos de maior incidência delituosa, que eram Santos e Rio de Janeiro, para dar uma satisfação à comunidade internacional. Os senhores se recordam até de assassinatos que houve de turistas naqueles locais. Mas nós evoluímos muito e trouxemos para dentro da segurança pública justamente para que não ficasse no privado, só sob o aspecto comercial, porque — aí, sim, eu concordo com o senhor — nós viraríamos as costas. E enquanto nós estivermos... E eu pretendo... Eu espero e tenho a esperança de que os nossos censores mantenham essa concepção de que esse processo não venha a morrer. Eu tenho os 2 parâmetros. Eu quero dar para que tenha a mesma cultura do porto no aeroporto. Então, evoluímos. Efetivamente, a tabela indica hoje 218 planos feitos e aprovados pela CONPORTOS. Cento e trinta desses planos estão com todas as suas medidas implementadas. E eu posso garantir ao senhor, na condição de Presidente em



exercício, que até meados de maio, pelo acompanhamento e pelas visitas técnicas que temos realizado, teremos cerca de 180 a 190 terminais, entre públicos e privados, arrendatários, plenamente estabelecidos. Aí eu já lhe respondo: todos eles têm monitoramento hoje. Todos. Todos esses 130 que eu citei ao senhor... Quando o senhor estiver ingressando no portão, quando o senhor estiver observando o navio atracar e amarrar, ele está sendo monitorado. É obrigatório que o CFTV ou que a unidade de segurança da instalação tenha esse tipo de monitoramento. O que ainda é frágil é a parte de água, porque nós temos 11 NEPONs, mas nós temos 21 CESPORTOS. Então, a Polícia Federal deve, este ano, concluir... Não sei se o Governo Federal liberou orçamento específico para o término desse processo. Espero que sim, porque a Polícia Federal é essencial, assim como a Marinha do Brasil. E nós temos andado...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Então, dentro dessa linha, quantos são os terminais? O senhor falou que 130 nós vamos ter... já temos instalados.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Já temos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - O total de quantos?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Duzentos e dezoito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Duzentos e dezoito é o total de terminais que nós temos no Brasil inteiro?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Que operam o comércio nessa primeira fase, como o senhor bem colocou.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Que operam o comércio exterior. São 218?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Duzentos e dezoito, que tiveram a necessidade de fazer o plano, como o senhor bem colocou, garantir, numa primeira fase, a não entrada nessa lista, para nós não termos prejuízo. Mas o futuro da CONPORTOS, dentro do nosso projeto, é estabelecer, inclusive nas vias fluviais, que é a parte mais vulnerável do País... É lá em cima, e o senhor sabe disso. Nós sabemos disso. Mas, por enquanto, estamos fazendo no porto e nos terminais que operam o comércio internacional. Então, são 130, com uma expectativa... O senhor pode me cobrar no futuro. Vou dizer ao senhor: Deputado Fleury, tenho a honra de lhe informar que garanti a palavra. Agora, veja bem, vou deixar claro aqui: já



alertamos a Casa Civil, o Gabinete de Segurança e a CONPORTOS. E eu, particularmente, há muito tenho dito que essa evolução de logística dos portos... Em todos a Agenda Portos encontrou gestores não preparados para essa modernização dos portos brasileiros, especialmente no aspecto segurança. Eu não vou aqui entrar... Não vou ferir aqui companheiro nenhum do Ministério dos Transportes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Campos, eu só quero aproveitar — acho que vai ser importante para o Deputado Josias Quintal — e mandar uma cópia de todos esses planos. Se têm 260 planos, então uma cópia dos 260 planos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Planos e relatórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Isso. Sobre isso.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Olha, os planos eu não sei. Eu teria que ver com o Colegiado, se o senhor... Não, e também é volumoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas pode ser com reserva. Não tem problema nenhum.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu sugiro, Presidente, que façamos uma visita...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - À CONPORTOS?

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - ...a um local onde não exista ainda a aplicação e no local onde foi aplicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Onde existe, para ver a diferença.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Para saber a diferença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Agora, eu, sinceramente...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Dentro dessa linha, 2004 e 2005, qual foi o orçamento aplicado pelo Governo Federal na implementação desses planos?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu vou lhe responder. O senhor bem saber que o prazo... que a organização marítima colocou de 1º de julho de 2004... Ela colocou mesmo para atropelar, porque ela tinha noção, através da IMO, do estágio de cada país. E as diretrizes da IMO não consideraram os fatores geopolíticos, econômicos. Foi genérico. Uma coisa é o senhor falar na Holanda, em Roterdã e na Bélgica, que é do tamanho do Rio Grande do Sul, com 3 portos



avançados, com uma tradição de 50 anos. Outra coisa é o senhor falar num país como o nosso, com as dimensões que tem, com 7.500 quilômetros de costa. E uma coisa que eu cobrei, e a IMO respondeu, é que a autoridade designada — no caso nosso, CONPORTOS... Somos soberanos. Nós não aceitamos ingerência, recomendação de nenhum país. Nem da própria IMO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quanto foi investido?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Vou chegar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas tem que chegar mais ligeiro, porque nós temos que ir para o plenário.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito, desculpe-me. Foram 100 milhões de reais, numa medida provisória de maio de 2004. Cem milhões, em maio de 2004. Evidentemente, os portos não poderiam estar prontos no dia 1º de julho. Cem, assim divididos, se não me engano: 60 milhões para o Ministério dos Transportes, que tem a tabela para os portos em que ele aplicou esse dinheiro. Alguns portos, é bem verdade, não foram contemplados. E aí vocês vão ter de cobrar do Ministério dos Transportes por que não contemplou esses portos. O senhor bem sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Essa lista... É interessante nós sabermos também quais foram contemplados e quais não foram.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - É, a lista eu tenho, e por quê. Isso aí os senhores podem cobrar do Ministério, que fez a distribuição. Trinta e oito milhões para a Polícia Federal estabelecer os Núcleos Especiais de Polícia, que fez, que realizou. Hoje nós temos 11 NEPONs. Os senhores já devem ter visto as lanchas, os equipamentos de última geração funcionando muito bem. E 2 milhões para custeio para a Marinha do Brasil. Essa foi a divisão para o item "segurança", ISPS Code. Eu não estou falando em orçamento de Agenda Portos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho... Dr. Campos, deixe-me dizer uma coisa. Eu acho que a principal preocupação nossa... Eu não sei, eu vejo assim. Depois, Deputados vão ver... Mas isso não é como Presidente, como Deputado. Minha primeira preocupação é que os contêineres estão passando livremente por todo canto. Isso quer dizer que tudo que nós falamos aqui... Porque dificilmente alguém vai fazer fila para pegar arma dentro do porto. Agora, vai fazer fila para pegar arma num contêiner, quando ele estiver lá no depósito escondido,



tudo o mais. E isso nós não estamos sabendo. Por exemplo, Paranaguá. Não adianta. Nós estamos fazendo uma CPI, e o Porto de Paranaguá vai continuar aberto a tudo isso. Isso é que não vai poder. Nós vamos ter que tomar uma atitude nesse sentido. Aí vamos pensar — depois, o Deputado Josias Quintal, que está com essa Sub-Relatoria... — que atitude nós vamos tomar, porque... Quanto é um aparelho desses de Raio-X, de *scanner*? Quanto é um aparelho desses?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - É variável. Essa tecnologia é variável. Mas veja, Deputado Fleury, a CSI. Eu penso... E já cobrei da Receita que eles façam um relatório e apresentem à CONPORTOS os resultados que eles obtiveram. Nós não sabemos se a CSI pegou entorpecentes, se pegou a arma. Eles estão voltados para a parte comercial, como o senhor bem colocou. Mas eles precisam fazer o relatório até para embasar futuras compras desses aparelhos para os outros portos brasileiros.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - O senhor disse que o responsável é o Dr. Mauro Brito, na Receita?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - É o contato que eu faço com ele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Vamos convocá-lo, convidá-lo para vir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Fleury, a assessoria da Comissão fica à sua disposição para fazer um requerimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu peço que já prepare para a próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Porque realmente eu acho que, se por um lado nós estamos vendo o trabalho que o Dr. Campos está fazendo nesse sentido — e é um trabalho profícuo até e inovador —, por outro lado o principal meio de controle não está sendo implementado. Quer dizer, não adianta muito. Quer dizer, não adianta nós conversarmos tudo isso e no Porto de Paranaguá entrar um monte de arma para o Paraguai, que são descarregadas no Brasil.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Permita-me, Deputado. Eu concordo com esse aspecto do *scanner*, do “scanneamento”. O Deputado Fleury colocou com precisão o número de 1%. Eu vou um pouquinho acima. Eu acho que



está em 1,8%. Não passa disso. Então, é lógico, nós temos de ter o mínimo aí pelo volume...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Isso sem falar que, enquanto nós estamos na Comissão aqui, já chegou denúncia de que, dentro da tarja verde, numa carga de queijo, tinha cocaína; numa carga de imagem de Santo tinha arma.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É tarja verde, que ninguém controla.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito. Esse é passagem livre. E aí vai...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Isso é ridículo. Não pode ter passagem livre. Eu acho que o verde, amarelo e vermelho é o seguinte: o verde tem uma amostragem menor, vai ter uma amostragem menor. Talvez no verde porque já tem uma fiscalização preliminar. Mas tem que ter amostragem. E no amarelo, uma amostragem um pouquinho maior. E no vermelho, aí tem que fiscalizar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Mas, Presidente, se me permite, se nós não estamos fiscalizando nem 2% dos contêineres...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Nós não estamos fiscalizando nem os vermelhos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Nós não estamos fiscalizando nem os vermelhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E eu quero dizer a V.Sa. que nós vamos tentar ajudá-lo. Nós estamos vendo o seu esforço. Nós vamos tentar ajudá-lo. O principal interlocutor de V.Sa. vai ser o Deputado Josias Quintal, que é o responsável por isso.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós temos que saber o preço do *scanner* para conseguir, depois, ver que jeito no Orçamento pode-se ter para comparar esses *scanners*. Porque é ridículo portos como Paranaguá, como Rio de Janeiro, como Rio Grande não terem *scanner*. Isso é ridículo.



**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Mas, Deputado Moroni, o Dr. Mauro Brito informou, semana passada, numa conversa, que a Receita já licitou o número de contêineres para quase todos os portos brasileiros. E eu questionei a ele: *"Mas vocês não deveriam fazer o relatório e apresentar na Comissão Nacional, sobre os resultados práticos que vocês obtiveram no ensaio de Santos?"* Parece-me lógico, para que a Comissão Nacional tome ciência do que eles viram dentro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Nós vamos ter que chamar essas autoridades aqui, Deputado Fleury.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Aí vai aquela coisa... É aquilo que eu falei para o senhor: o lixo da competência, a falta de articulação. Porque, se lá estivessem policiais federais no dia-a-dia, nós teríamos uma resposta pronta para o senhor: olha, nesses 6 meses de acordo entre as aduanas, no "scanneamento" se constatou tal mercadoria. Hoje não posso responder, porque a Receita...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Esse relatório não vem?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não veio. Eu cobrei deles o relatório, até para que possa embasar compras para os portos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - São Governos diferentes?

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Não, é o mesmo Governo. Eles fazem parte da Comissão, e tenho me esforçado para que essa articulação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Isso é ridículo.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - ... interação de órgãos seja feita. E o senhor sabe: a precedência da Receita é um caso sério nos portos e aeroportos. E eu tenho dito: ela não exclui atividade de lei ou outro órgão público que tenha atividade a exercer naquele local. Perfeito?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A informação que me chega...

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Os senhores podem me ajudar muito nesse sentido. V.Exa. pode me ajudar muito nesse sentido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Dr. Campos....

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - V.Exa. pode me ajudar muito nesse sentido.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) – Deixe-me lhe dizer: a informação que me chega é que a Receita adquiriu, em 1997, 15 scanners, a um custo de 1,3 milhão de dólares cada um, e que a maioria deles está inoperante. Maravilha isso! É a Receita incentivando a que passe...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Sr. Presidente, eu estou....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou impressionado com isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - ...satisfeito pelas respostas e insatisfeito com a situação que nós vivemos nos nossos portos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho ridículo isso. Nós vamos ter que tomar uma providência imediata, porque, se os portos ficarem livres dessa forma, não adianta combater tráfico de arma na fronteira. Dr. Campos, eu quero agradecer e quero dizer que essa parceria vai continuar.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Eu agradeço a oportunidade e agradeço o convite.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** – E, como eu disse, principalmente com o Deputado Josias Quintal.

**O SR. JOÃO CARLOS CARDOSO DE CAMPOS** - Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E quero agradecer a presença. Mais uma vez, agradeço ao Secretário Nacional de Segurança Pública; ao Ministro da Justiça, por ter permitido que o senhor estivesse aqui conosco; e a todos os Deputados. Na terça-feira teremos nova reunião. Dou por encerrada a sessão.